

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

DENISE DA SILVA ANDRADE

**A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS ANOS INICIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL
DE TEMPO INTEGRAL ANTONIO UCHÔA VIANA EM MIRANORTE (TO):
DIFICULDADES E POSSIBILIDADES**

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2021

DENISE DA SILVA ANDRADE

A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS ANOS INICIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL DE
TEMPO INTEGRAL ANTONIO UCHÔA VIANA EM MIRANORTE (TO):
DIFICULDADES E POSSIBILIDADES

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins, UFT - Campus Universitário de Miracema, como parte das exigências para a obtenção do título de licenciatura plena em Pedagogia, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª Layanna Giordana Bernardo Lima.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A553q Andrade, Denise da Silva.

A questão étnico-racial nos anos iniciais na escola municipal de tempo integral Antônio Uchôa Viana em Miranorte (TO): dificuldades e possibilidades . / Denise da Silva Andrade. – Miracema, TO, 2021.
63 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2021.

Orientadora : Layanna Giordana Bernardo Lima

1. Racismo. 2. Étnico-racial. 3. Práticas pedagógicas. 4. Questão Racial. I.
Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DENISE DA SILVA ANDRADE

A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS ANOS INICIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL DE
TEMPO INTEGRAL ANTONIO UCHÔA VIANA EM MIRANORTE (TO):
DIFICULDADES E POSSIBILIDADES

Monografia avaliada e apresentada ao *Campus* Universitário de Miracema/UFT, curso de Pedagogia, para obtenção do título de licenciada em Pedagogia e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 21/07/2021

Banca Examinadora:



Prof^ª. Dr^ª. Layanna Giordana Bernardo Lima, Orientadora, UFT



P/

Prof^º. Dr^º. Francisco Gonçalves Filho - UFT



Prof^º. Dr^º. Antônio Miranda de Oliveira - UFT

Dedico este trabalho aos milhares de negros que foram escravizados no Brasil, e que além de terem a sua força física escravizada, sofreram a **escravidão da alma**, que é a pior de todas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso a minha gratidão ao criador do universo que criou o céu e a terra, o mar e as estrelas, ao que me concedeu a oportunidade de viver e por tudo que fez e faz na minha vida, inclusive a essa chance de estar concluindo um dos ciclos que anos atrás era um sonho e hoje, tornou-se uma realidade.

No período da pesquisa e escrita deste trabalho não caminhei sozinha, muitas pessoas estiveram-me incentivando e fazendo críticas construtivas. Sou consciente que a minha mãe e o meu pai fazem parte da minha trajetória na universidade, inclusive dessa conquista, e penso que por mais que tente expressar-me não será o suficiente para demonstrar todo o meu sentimento de gratidão. Amarei-os eternamente.

Agradeço ao Diego e a “Debinha” por serem mais que irmãos, e sim amigos. Sou grata por terem-me apoiado nos momentos em que estive perdida em meio às minhas próprias guerras interiores. Vocês são os melhores irmãos que Deus poderia ter-me concedido.

Quero mencionar minha gratidão por ter conhecido Karinne Marinho, Andressa Caroline e Gabriela Letícia por terem-me acolhido nos momentos que precisei dentro da universidade. Sou grata por ter vivido intensamente ao lado de vocês.

Agradeço a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), participação essa que possibilitou ainda mais meu crescimento profissional. Além disso, por ter tido como parceira no projeto desenvolvido a Lorraine Pereira, uma menina de luz com quem compartilhei bons momentos.

Agradeço a todos os professores e professoras da UFT que contribuíram diretamente e indiretamente para meu desenvolvimento. Agradeço também aos técnicos e funcionários da UFT pelo apoio recebido durante esses anos como universitária. Agradeço aos prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho e Dr. Antônio Miranda de Oliveira que aceitaram fazer parte da banca examinadora do meu trabalho.

Agradeço especialmente à Prof.^a Dr.^a Layanna Giordana Bernardo Lima que aceitou o desafio de ser a minha orientadora, e por ajudar a transformar as minhas ideias que estavam confusas numa pesquisa que tem muito a contribuir para com a educação. E pela paciência e sabedoria que teve durante todo esse período que trabalhamos juntas.

RESUMO

O presente estudo buscou refletir sobre as práticas pedagógicas no âmbito das questões étnico-raciais utilizadas pelos professores nas atividades de ensino nos anos iniciais do ensino fundamental na Escola Municipal de Tempo Integral Antonio Uchôa Viana em Miranorte (TO). A análise teve como base de estudo o processo de colonização do Brasil, escravidão de indígenas e negros, os direitos conquistados ao longo da história pelos indígenas e negros, e as legislações brasileiras que garantem o ensino das questões étnico-raciais na formação das crianças e jovens. Os comportamentos de discriminação, racismo e preconceito estão enraizados profundamente na sociedade brasileira. A pesquisa teve como percurso metodológico abordagem qualitativa com caráter exploratório, pesquisa documental, campo e bibliográfica. No primeiro semestre do ano de 2021 foi realizada de forma remota, via whatsapp e emails. O instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada com 6 profissionais dos anos iniciais do ensino fundamental que atuavam na instituição no período da pesquisa. As contribuições dos profissionais da educação foram de fundamental importância para as compreensões de que ainda existe um caminho longo a ser percorrido, pois existem dificuldades a serem enfrentadas no contexto da escola, e na formação continuada dos professores, todavia o caminho se faz ao caminhar. Dessa forma, a fala dos professores e professoras envolvidas na pesquisa permitiu concluir que existem muitas possibilidades no trabalho com as questões étnico-raciais com a comunidade escolar.

Palavras-chave: Racismo. Étnico-racial. Práticas Pedagógicas. Questão Racial.

RESUMEN

Este estudio buscó reflexionar sobre las prácticas pedagógicas en el contexto de cuestiones étnico-raciales utilizadas por los docentes en las actividades docentes en los primeros años de la escuela primaria de la Escuela Municipal de Tiempo Integral Antonio Uchôa Viana en Miranorte (TO). El análisis se basó en el estudio del proceso de colonización en Brasil, la esclavitud de indígenas y negros, los derechos conquistados a lo largo de la historia por indígenas y negros, y la legislación brasileña que garantiza la enseñanza de las cuestiones étnico-raciales en la educación de niños y jóvenes. Los comportamientos de discriminación, racismo y prejuicio están profundamente arraigados en la sociedad brasileña. La investigación tuvo como enfoque metodológico un enfoque cualitativo con carácter exploratorio, documental, de campo y bibliográfico. En el primer semestre de 2021 se realizó de forma remota, vía whatsapp y correos electrónicos. El instrumento utilizado fue una entrevista semiestructurada a 6 profesionales de los primeros años de la escuela primaria que trabajaron en la institución durante el período de investigación. Los aportes de los profesionales de la educación fueron de fundamental importancia para entender que aún queda un largo camino por recorrer, ya que existen dificultades por enfrentar en el contexto de la escuela, y en la formación continua de los docentes, sin embargo, el camino se hace mientras camina. Así, el discurso de los docentes involucrados en la investigación nos permitió concluir que existen muchas posibilidades en el trabajo con temas étnico-raciales con la comunidad escolar.

Palabras clave: Racismo. Étnico-racial. Prácticas pedagógicas. Problema de raza.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 - Máscaras de Flandres	18
Imagem 02 - Açoites no tronco	19

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	13
2.1 Os grupos marginalizados no processo de formação social no Brasil	22
3 AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E A ESCOLA	26
3.1 A escola como ferramenta de reprodução das desigualdades	31
3.2 Uma escola que se comprometa com a transformação social.....	32
4 A ANÁLISE DAS DIFICULDADES E POSSIBILIDADES DO ENSINO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS ANOS INICIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ANTONIO UCHÔA VIANA EM MIRANORTE (TO).....	35
4.1 Contextualização do município de Miranorte (TO)	35
4.2 Caracterização da escola pesquisada.....	36
4.3 Procedimentos Metodológicos e Análises	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICES	60

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem um papel fundamental no processo de compreensão das discussões sobre a temática, e inquietações sobre as questões étnico-raciais no contexto educacional. É sabido que a construção do trabalho de conclusão de curso é uma produção necessária para a formação acadêmica e para a conclusão da graduação. É relevante afirmar que o ato do desenvolvimento do TCC, requer compromisso e seriedade para que a pesquisa venha ter caráter significativo para a sociedade, além de proporcionar contribuição com a educação. Para Aragão e Mendes Neta, na tentativa de produzir algum conhecimento precisa,

[...] lançar e aprofundar olhares para alguns aportes teóricos - metodológicos específicos das ciências humanas fundamentais para o desenvolvimento de uma pesquisa científica. Precisamos inicialmente ter a definição de um tema apontado por um problema (questão) que nos toca, que nos sensibiliza por alguma razão, que nos aflige ou que pretendemos construir e indicar ou sugerir alguma compreensão e/ou solução para tal fato ou fenômeno. (ARAGÃO; MENDES NETA, 2017, p. 27).

À vista disso, os autores Aragão e Mendes Neta (2017) afirmam que para a produção de alguma pesquisa que visa algum conhecimento específico existem alguns passos essenciais no processo da pesquisa, como os teóricos – metodológicos a serem utilizados, possuir um tema e o problema. Nos quais, ressaltam que é interessante que seja um assunto que provoca algum sentimento no pesquisador, para que o desejo de vir a compreender o tema seja constante.

O presente escrito apresenta as discussões que norteou o objeto de pesquisa, “A questão étnico- racial nos anos iniciais na escola municipal de tempo integral Antonio Uchôa Viana, em Miranorte (TO): dificuldades e possibilidades”.

Na sociedade brasileira, vergonhosamente temos ações, e casos de preconceitos resultantes de racismo estrutural promovido e instalado no país, que precisa ser discutido de forma ampliada nos espaços de aprendizagens de crianças, adolescentes e jovens.

O racismo também deve ser combatido em uma dimensão político-pedagógico. Dessa forma, faz -se necessário o fortalecimento das atividades pedagógicas no âmbito das relações étnico-raciais nas escolas e fora de seus muros também.

Entende-se que o fortalecimento das discussões da temática pode ocorrer com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos projetos das escolas, como Projeto Político Pedagógico, e as demais atividades educativas, debates, aulas, palestras. Afinal, a escola e o ensino tem uma função social que é formar cidadãos no intuito de serem participativos em uma sociedade justa e mais crítica.

Desse modo, a pesquisa foi direcionada à compreensão de como são efetivadas as políticas educativas de ações afirmativas na perspectiva das relações étnico-raciais no âmbito escolar. A participação dos profissionais da educação na reflexão e elaboração de estratégias no combate ao racismo é de suma importância neste processo formativo. Ressalta Cavalleiro,

[...] ênfase a importância da intervenção dos profissionais da educação para a organização de uma escola que favoreça o desenvolvimento de todos os presentes. Penso formas de examinarmos o espaço escolar a fim de sabermos quando estamos educando para o reconhecimento da igualdade humana ou colaborando para a permanência e a difusão da discriminação no espaço escolar e na sociedade. (CAVALLEIRO, 2001, p. 9).

Essa afirmação evidencia o quanto os profissionais da educação têm um papel importante na luta de formação e conscientização, e combate ao preconceito, discriminação, racismo no espaço escolar. O conhecimento da história do povo negro no Brasil, justifica-se para o entendimento dos processos de constituição do racismo estrutural em nossa sociedade.

Para este estudo fez-se o esforço de análise histórica da escravidão negra no país. Compreender como se deu os processos de desenvolvimento desiguais na formação da sociedade brasileira, é imprescindível no sentido de desenrolar questões relacionadas às apropriações das terras indígenas, exploração da força do trabalho da população indígena e negra. Os grupos de tribos africanas que vieram nos navios como prisioneiros para o país foram escravizados e vendidos como mercadorias aos colonizadores na América Latina.

Portanto, as análises dos aspectos sociais da formação do povo brasileiro, em suas contradições possibilitaram o entendimento dos processos históricos e culturais da nossa sociedade, além das situações históricas de opressão, discriminações, racismo e preconceitos

Para Arroyo (2013, p. 25), “[...] a secundarização da função educadora na docência e nos currículos tem uma longa história. A educação e/ou o processo de formação educacional do povo brasileiro sempre foi estrategicamente deixado de fora das prioridades dos governos brasileiros”.

As principais transformações sociais que tivemos foram as garantias de direitos que foram conquistadas por lutas de movimentos sociais nacionais, e representações internacionais que consolidou em nosso país legislações como constituição de 1988 e as legislações educacionais nº 9.394/96 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e a Lei nº 11.645/08 que trata da modificação na Lei nº9.394/96, que garante a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Vale ressaltar que, as questões étnico-raciais e o racismo não devem ser silenciados pelas instituições de ensino e organizações sociais da sociedade, uma vez que a falta de reflexão

e discussão fortalece a perpetuação do racismo. Então, a melhor forma de combater é reconhecendo-o, e buscar as mudanças necessárias de atitudes. Assim, as leituras e análises do ensino das relações étnico-raciais no âmbito escolar, tornou-se imprescindível para a compreensão das dificuldades e possibilidades no trabalho com a temática no contexto escolar.

2 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A escravidão se estabeleceu no mundo luso-americano desde os primórdios da colonização. De início, escravizaram-se os povos da terra, mas rapidamente foram substituídos pelos africanos que passaram a predominar na maior parte do território, envolvidos em todos os setores da vida econômica e social. (ALGRANTI, 2000, p. 73).

O processo de colonização brasileira deve ser estudado para o entendimento das dinâmicas dos grupos sociais presentes na nossa sociedade. A escravidão foi uma estratégia de dominação dos povos indígenas em toda América Latina. Sabe-se que antes da chegada dos europeus já viviam milhares de povos nativos nessas terras, e infelizmente a colonização e as guerras contra povos nativos resultou em extinção de vários povos. Hoje compõem a minoria da população do nosso país, entretanto povos indígenas resistiram e resistem no cotidiano das cidades e da universidade. Segundo Gersem,

[...] várias tragédias ocasionadas pelos colonizadores aconteceram na vida dos povos originários dessas terras: escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males que por pouco não eliminaram por completo os seus habitantes. Não que esses povos não conhecessem guerra, doença e outros males. A diferença é que nos anos da colonização portuguesa eles faziam parte de um projeto ambicioso de dominação cultural, econômica, política e militar do mundo, ou seja, um projeto político dos europeus, que os povos indígenas não conheciam e não podiam adivinhar qual fosse. (GERSEM, 2006, p. 13).

A colônia brasileira foi colonizada pelos europeus principalmente pelos portugueses. Estes, invadiram terras dos povos originários que aqui habitavam, e trouxeram consigo doenças, guerras e violências terríveis. É necessário olharmos para a história, com muita atenção aos detalhes dos acontecimentos da época, já que essa formação passou-se por todo um processo até os dias atuais.

A história da formação do território brasileiro encontra-se registrado em livros, documentários, filmes, assim como também, existem diversas experiências e relatos que foram repassados de geração a geração.

Pensa-se que um dos fatos que influenciou para a colonização do Brasil, está diretamente ligado a determinação que os países da Europa estavam na expansão marítima por volta do século XV, que eram financiados pelo capitalismo comercial europeu. A explicação lógica para essas navegações marítimas era o desenvolvimento do comércio continental europeu que naquele período era quase unicamente terrestre e limitado, e por via marítima, as possibilidades eram maiores de alcançar o desenvolvimento do comércio.

Lima (2016) afirma que a disputa pelo território brasileiro iniciou-se no período do Brasil colônia entre os índios que já habitavam nas terras e os portugueses que a invadiram com brutalidade e sem escrúpulos nenhum.

Neste sentido é importante demarcar aqui que processos de luta por terra no Brasil têm suas origens após a invasão dos europeus ao Brasil. No entanto, muito antes da presença dos europeus, já existiam grupos humanos por aqui. Segundo Stedile (2011, p. 18) existem relatos de que o território brasileiro começou a ser formado há 50 mil anos atrás. Nessa época as comunidades eram formadas por grau de parentesco, étnico ou cultural.

a história registra que as populações que habitavam nosso território viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos, clãs, a maioria nômade, dedicando-se basicamente à caça, à pesca e à extração de frutas, dominando parcialmente a agricultura. (STEDILE, 2011, p. 18)

Segundo Pinsky (2019) em 23 de abril do ano de 1500 vários portugueses comandados por Pedro Álvares Cabral desembarcaram-se no território brasileiro, e com agressividade invadiram as terras que já estavam ocupadas pelos povos indígenas. Dessa forma, deu-se início aos primeiros fatos da escravidão no Brasil. Torna-se necessário explicar que na história do Brasil antes de acontecer a escravidão negra teve a utilização forçada da mão de obra indígena, no qual os portugueses de imediato interessaram-se pelo pau-brasil e assim iniciou o sistema de escambo,

O colonizador ainda procurava reproduzir, para si, os padrões de vida europeus, seja por meio de leis que lhe garantisse o seu domínio, ou por leis que desenhavam os indígenas como membros de segunda ou terceira “classes”, assim os índios eram tratados com profundo preconceito, permitindo sua exploração. (GOMES; ROSA, 2008, p. 7).

Os autores ressaltam que além dos europeus invadirem o território habitado pelos indígenas, declararam de início uma forte opressão, apropriação dos territórios/terras, que agravou-se rapidamente para a escravidão indígena.

A negociação pelo sistema de trocas conhecida mais como “escambo” entre indígenas e os portugueses alongou-se por algum tempo, no qual os indígenas entregavam o pau-brasil e algumas matérias-primas em troca de alimentos. Entretanto, chegou um momento que o escambo já não sanava mais a ambição dos comerciantes lusitanos e assim iniciou-se a escravidão do índio.

Ribeiro (1992) afirma que no período da colonização o país passou por duas fases importantes, que foram a “fase jesuítica da colonização” e a “fase pombalina da escolarização”.

Sabe-se que o contexto da educação jesuítica no período da colônia caracteriza-se pela chegada da Companhia de Jesus no território brasileiro, essa companhia era formada pelos primeiros padres jesuítas, que pregavam o catolicismo. O objetivo principal era catequizar e converter os povos indígenas à religião católica.

A educação jesuítica caracterizou-se por buscar a formação apenas da elite colonial, dessa forma a aristocracia era preparada para o trabalho intelectual de acordo com o modelo religioso e os indígenas eram catequizados apenas pela tentativa de torná-los dóceis para serem escravizados. Ribeiro (1992) refere-se à segunda fase destacando as mudanças econômicas, políticas e culturais na Europa, e devido esse contexto Marquês de Pombal resolveu transformar a educação portuguesa e brasileira. Tais reformas provocaram que o Estado ficasse contra a nobreza e a Companhia de Jesus, ocasionando a expulsão dos jesuítas.

De acordo com Pinsky, o índio

Além de deslocado do seu ambiente e exposto a doenças comuns ao europeu, mas arrasadoras para si, o índio via-se submetido a condições de vida e de trabalho terríveis, o que terá contribuído, enormemente, para a queda da população indígena em áreas de colonização branca. (PINSKY, 2009, p. 20).

Os povos indígenas se defenderam como puderam da escravidão, invasões e as guerras praticadas contra eles. Dessa forma, com o início da captura de negros de origens africanas para o trabalho escravo no Brasil, tendo em vista que a lucratividade do tráfico negreiro era bem maior, a escravidão indígena foi sendo deixada de lado.

A respeito da escravidão negra no Brasil, pode-se afirmar que os negros foram levados para a colônia brasileira como mercadorias, trazidos a força sem direito de hesitar. É necessário enfatizar que o tráfico do negro, era, literalmente, negociar vidas de seres humanos como animais selvagens. Essas pessoas eram vendidas como mercadorias para viverem em senzalas, frias, sujas e lotadas de negros escravizados, trabalho sem remuneração, opressão, exploração da força de trabalho e em condições sub humanas.

O povo negro escravizado tratado meramente como uma mercadoria não era respeitado como ser humano que também continha sentimentos. Os escravos sofriam inúmeras violências físicas e psicológicas, sendo torturados por açoites, acorrentados, marcados a ferros pelo corpo, violência sexual, muitos tinham suas mãos cortadas, palmatória, máscaras de flandres, calabouço, pena de morte, entre outros.

Os trabalhos reservados aos escravos eram nas lavouras e nas casas dos donos de terras. Estes donos de terras negociavam entre eles os escravos também, homens, mulheres, velhos e crianças. Não tinham compaixão por esses seres humanos e separavam mães, pais e filhos.

A questão da africanidade nas diásporas está relacionada à questão das resistências culturais, que por sua vez desembocam em identidades culturais de resistência em todos os países do mundo, beneficiados pelo tráfico negro. O Brasil é um deles, ou melhor, é o maior dos países beneficiados pelo tráfico transatlântico e aquele que oferece diversas experiências da africanidade em todas as suas regiões, do norte ao sul, do leste ao oeste. (MUNANGA, 2009. p. 37).

Munanga (2009) afirma que o Brasil foi um dos países mais beneficiados com o tráfico negro, uma vez que por meio da mão de obra forçada movimentou a economia brasileira ao trabalhar compulsoriamente nas grandes lavouras para assim dar continuidade no sistema mercantilista globalizado da época. Pinsky (2019) afirma que os negros escravizados foram capturados e/ou sequestrados inicialmente da Guiné.

Essa grande Guiné foi uma das zonas de origem do negro escravo, Angola foi outra. Através de seus portos, como Benguela e Luanda, sem dúvida um número muito grande de negros foi enviado desde o início do tráfico. De outras regiões como ilhas africanas ocidentais, ou zonas da África Oriental - como Madagascar e Moçambique - o tráfico foi menor. (PINSKY, 2019. p. 32).

Refletir sobre a citação acima é compreender e ter noções das origens dos negros que cruelmente foram traficados para o Brasil.

Dessa forma, considera-se que além de ter suas forças escravizadas até sua própria alma era escravizada, pois a partir do momento que o negro era capturado para ser escravizado, ele precisava abrir mão de sua identidade cultural, reprimir suas vontades e costumes. Munanga (2009) declara que todos os humanos nascem sem nenhuma cultura, mas que ao longo de sua vida vai sendo constituída a partir do contexto regional, da sociedade que está inserida. A cultura é caracterizada por um conjunto de normas, comportamentos, religiões e até mesmo ideias. Sendo necessário refletir que uma sociedade não poderia existir sem a cultura, a cultura faz parte de cada momento histórico e da realidade de vida de cada ser humano.

No que concerne ao povo negro, é notório na história o quanto eles foram responsáveis para o crescimento da economia (exploração da sua força de trabalho) e da cultura da sociedade no Brasil. Uma história que evidência também que a vida dos primeiros negros no país foi caracterizada por uma crueldade sem escrúpulos, uma vez que, aproximadamente por 300 anos, foram arrancados de suas terras nativas e escravizados no território brasileiro, no qual viveram momentos horríveis e dolorosos, marcados por trabalho forçado, violência sexual, violência física e emocional.

O justicamento do escravo era na maioria das vezes feito na própria fazenda pelo seu senhor, havendo casos de negros enterrados vivos, jogados em calderões de água ou azeite fervendo, castrados, deformados, além dos castigos corriqueiros, como os aplicados com plamatória, o açoite[...]. (MOURA, 1992, p. 18).

Ao falar sobre a escravidão algumas pessoas pensam que foi um acontecimento tão distante de nossa realidade, mas, enganam-se, uma vez que tem apenas um pouco mais de um século da abolição da escravidão negra no país.

O filme “Quilombo” é uma produção brasileira e francesa realizado no ano 1984, que tem como objetivo evidenciar a escravidão e as diferentes violências hediondas acometidas com o povo negro, enfatizando os fatos históricos da época, no qual revela-se a enorme tristeza que assolava os negros, estavam sem esperança, cansados de viverem em condições desumanas, em meio a morte de seus próximos, e o pior sem perspectiva de vida, até um certo momento um grupo de escravizados rebelarem contra os senhores e fugiram. Assim, foi constituído os Quilombos.

A obra ilustra o período colonial em que alguns negros revoltaram-se e lutaram pela liberdade de seu povo, unindo forças e fugindo para as montanhas nordestinas, isto é: a Serra da Barriga, local escolhido para ser o líder Zumbi, dos Palmares.

O filme mostra que embora eles estivessem o tempo todo ameaçados e preocupados com o que poderia acontecer, a comunidade negra buscava viver de forma alegre, não deixando sua cultura de lado. Os traços da cultura dos povos negros em todo momento estiveram transparentes ao filme, eles cantavam, dançavam, jogavam capoeira e fica claro que essas práticas são formas de resistência a escravidão.

Embora a quantidade de negros que foram escravizados fosse grande, poucos conseguiam fugir. Felizmente, por volta dos anos 1850 os movimentos de apoio ao abolicionismo também multiplicaram-se nas grandes cidades. Pensa-se que a questão da abolição estava sempre em pauta entre os partidos e as elites. A partir disso afirma-se a criação do movimento dos caifases, no qual o grupo tinha como objetivo principal lutar a favor do abolicionismo na capital de São Paulo, em que era liderado por Antônio Bento de Sousa e Castro também teve grande impacto para a sociedade, uma vez que “[...] foi um movimento clandestino organizado entre os filhos brancos da classe média urbana, que ajudavam os trabalhadores escravizados a fugirem das senzalas” (STEDILE, 2011, p. 23).

As consequências desse passado de violência e injustiças são caracterizadas por atitudes perversas, que se vêem todos os dias na sociedade do século XXI. O preconceito está internalizado dentro dos seres humanos.

Ao analisar a história do povo negro no Brasil por meio do texto de Pinsky (2019), compreende-se o quanto estes contribuíram para a construção da nossa história social, econômica, cultural e política. Uma vez que os escravizados trabalhavam em grandes lavouras que estavam envolvidas no sistema mercantilista globalizado da época, ou seja, produziam para

o mercado mundial. Deve ser exposto também que além do trabalho nas grandes lavouras (onde plantavam, colhiam e vendiam) muitos proprietários e fazendeiros possuíam também o engenho, devido às inúmeras tarefas para chegar ao produto final era preciso muita mão de obra. Na qual, o objetivo do engenho era produção de rapadura, cachaça, açúcar etc.

De acordo com Moura (1992), por volta do ano de 1549 os negros povoaram e ocuparam o espaço geográfico no Brasil construindo nossa economia, nessa época eram traficados 55 000 mil escravos anualmente, número esse que aumentou cada vez mais até as décadas finais da escravidão.

Importante destacar que os escravizados eram deslocados de região de acordo com a necessidade de mão de obra, para o trabalho na mina, com a cana, com o café, e quaisquer produções agrícolas. Pensa-se que as tentativas de fuga não foram poucas, mas infelizmente são histórias frustradas. Embora não faltasse determinação e força a esses guerreiros que tentavam buscar sua liberdade tendo consciência que se fossem capturados pelos capitães do mato, as consequências poderiam muitos maus tratos (como o uso de máscaras de flandres – figura abaixo) e inclusive a morte.

Imagem 01 - Máscaras de Flandres



Fonte: Imagem da internet. Disponível em:
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/aa/Jacques_Etienne_Arago_-_Castigo_de_Escravos%2C_1839.jpg

O uso das máscaras de flandres era um objeto utilizado com frequência pelos fazendeiros e seus capatazes para punir as negras e negros escravizados, no qual tinha como intuito excluir todas as oportunidades que poderiam surgir de alimentar-se ou beber água. A máscara de flandres era feita de chapa de aço laminado com mais um agravante que é o fato de serem trancadas com um cadeado atrás da cabeça.

Ainda no quadro das práticas e instrumentos de impor sofrimento, tinha-se o açoitamento no tronco, prática que é atualizada e modernizada nas grandes redes de supermercados, nos shoppings e outros espaços pelo Brasil afora ainda hoje, conforme imagem abaixo.

Imagem 02 - Açoites no tronco



Fonte: Imagem da internet. Disponível em:
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f8/L%27Ex%C3%A9cution_de_la_Punition_de_Fouet_by_Jean-Baptiste_Debret.jpg

A imagem acima reflete a crueldade das pessoas que se achavam superiores aos negros, que se fez presente por muitos anos no Brasil. O açoitamento no tronco era um dos piores castigos, era um instrumento de tortura ao extremo, além da humilhação em praça pública, já que sempre era feito na frente de muitas pessoas. Esse castigo poderia ser realizado a qualquer escravo que negasse o ordenado dos “chefes”, e uma vez levado ao tronco, a certeza é que sofreria maus tratos em excesso, xingamentos, bofetões, pontapés e por muitas vezes as violências levavam até a morte.

Conforme Pinsky (2019), o uso do autoritarismo pelos fazendeiros e por seus capatazes era uma de suas marcas, eles tentavam a qualquer custo reprimi-los usando de total violência. Engana-se quem acha que as violências não eram constantes, os negros que foram trazidos à força para o Brasil eram frequentemente castigados das piores formas.

O escritor Moura (1992) expõe que no dia 4 de setembro de 1850 foi promulgada a lei Eusébio de Queiróz que decretava a proibição do tráfico internacional de escravos da África para o Brasil ou para qualquer outro país, pela Inglaterra. E assim, inicia o decréscimo da população negra escrava no Brasil. Dessa forma, quando iniciou a crise da economia açucareira

os negros e negras foram traficados internamente, do nordeste ao sudeste, para trabalharem na condição de escravizados agora nas plantações de café que estava em grande crescimento tendo demandas no mercado mundial.

Segundo Moura (1992), posteriormente, surgiram as primeiras leis protetoras aos escravizados, todavia, vale ressaltar, que tais beneficiavam mais a propriedade dos senhores do que ao próprio negro. São elas: Lei Ventre Livre ou Rio Branco (Promulgada em 28 de setembro de 1871 após ser confirmada no Legislativo brasileiro, os filhos de escravizadas nascidos a partir de 1871 seriam considerados livres); a Lei Sexagenários (Promulgada dia 28 de setembro de 1885, determinava a libertação dos escravos com mais de 60 anos); a extinção de pena de morte; e a proibição de compras de escravos entre a mesma família.

E por fim, a lei que veio para revolucionar as vidas dos negros que eram escravizados no Brasil e possibilitar uma esperança para suas vidas, a Lei Áurea promulgada em 13 de maio de 1888 que foi assinada pela Princesa Isabel que proibia a escravidão no Brasil. A partir de então, foram criados importantes movimentos negros no país com o intuito de alcançar a consciência étnico-racial, sendo um deles o Movimento Negro Unificado (MNU).

No Brasil o preconceito, racismo e a discriminação tem difundido-se cada vez mais, são muitas as pessoas que se consideram superiores aos outros, esse sentimento é

[...] respaldado por conceitos econômicos, sociais, religiosos e até mesmo pela distorção de conceitos científicos, segundo os quais, haveria o direito de prejudicar o outro em razão de seu gênero, cor de pele e etnia, orientação sexual, religião, tanto quanto teorizar acerca de classes sociais além do aspecto econômico propriamente dito, subjugando esse outro como um ser inferior, indigno de respeito. (SAVAZZONI, 2015, p. 40).

Mesmo após anos da abolição da escravidão percebe-se que existem consequências de tal processo na atualidade, principalmente para os povos negros.

Embora os termos racismo e preconceito racial sejam entendidos pela sociedade como termos relativamente com significados iguais, é necessário destacar que tais conceitos por lei possuem sentidos diferentes. Compreender que nenhuma pessoa nasce preconceituosa já é um progresso, visto que, é no decorrer da vida que as pessoas moldam seu caráter de acordo com o que observa na sociedade os preconceitos, racismo e discriminação.

O preconceito é sua disposição em julgar os homens por causa da diferença; o racismo, com sua prepotência ideológica, que pretende tornar alguns superiores a outros; e a discriminação, conduta injusta por excelência, dão vazão a determinadas atitudes que conduzem ao desequilíbrio das relações humanas. (Idib, 2015, p. 42).

No texto acima, a autora apresenta os significados dos diferentes conceitos, enfatizando que o preconceito é uma ação desfavorável sobre algo sem sequer conhecer, o racismo está relacionado principalmente na ideia de que as desigualdades entre os seres humanos estarem constituídas na diferença biológica, e de que a discriminação é o ato de infringir o direito do outro.

Para Almeida (2020), por trás do racismo tem toda uma história no qual ele relaciona ao racismo estrutural, e isso quer dizer que o racismo tem decorrência da estrutura social da comunidade, estado e país. Ou seja, é importante que as pessoas tenham conhecimento sobre o racismo estrutural, com essa visão de que tanto as relações políticas e econômicas influenciam na propagação de atitudes raciais. Dessa maneira, percebe-se que o racismo no Brasil nos dias atuais não são condutas inexplicáveis, pode-se afirmar que é estrutural. O racismo estrutural pode ser explicado pelo fato de que mesmo o país em 1888 ter sancionado a Lei Áurea (que extinguiu a escravidão no Brasil após inúmeras mortes da população negra), não prestou apoio nenhum a essa população, não lhes garantiu nenhum direito. E por isso, muitos continuaram a trabalhar para seus senhores mesmo em condições subumanas, em troca de um lugar para morar.

O racismo estrutural é a desvalorização dos povos negros e a perpetuação da desigualdade. Além disso, é caracterizado pela falta de oportunidades, de discriminações, preconceitos a mais da metade da população brasileira.

Entretanto, “[...] pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não alibi para racistas” (ALMEIDA, 2020, p. 51). Aqui, cabe aquele ditado “uma coisa não elimina outra”. Por isso, é tão necessário que haja uma reeducação sobre as questões que englobam o racismo na sociedade, explicando também a forma que se deu o racismo estrutural. E que a única forma que pode possibilitar mudanças na sociedade e torná-los mais conscientes é por meio da educação.

É sabido que o processo da formação da sociedade brasileira provocou marcas irreparáveis nas desigualdades sociais, e “por causa do racismo estrutural, a população negra tem menos condições de acesso a uma educação de qualidade” (RIBEIRO, 2019, p. 43). A afirmação da pensadora é muito necessária nos dias atuais. E conseqüentemente, terá mais valor ainda quando a população entender essas poucas palavras. O que está sendo pautado não tem a ver com capacidades humanas, mas sim sobre as oportunidades que são oferecidas ao longo da vida.

Ribeiro (2019, p. 81) afirma que “a meritocracia se manifesta por meio de mecanismos institucionais, como processos seletivos das universidades e concursos públicos. Uma vez que a desigualdade educacional está relacionada com a desigualdade racial”.

2.1 Os grupos marginalizados no processo de formação social no Brasil

A formação dos grupos marginalizados é decorrente do processo da colonização do país, e afirma-se que “Para reeducar as relações étnico-raciais no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros” (BRASIL, 2004, p. 5). Nesse sentido, a marginalização está relacionada com a desigualdade social, e para que as pessoas possam entender como ocorreu esse processo é importante que seja realizada a reeducação das relações étnico-raciais.

O trabalho do historiador por muito tempo foi responsável pela construção das representações dos povos indígenas e africanos na história do Brasil. E assim, para a produção da história nacional teve “as contribuições da etnografia e arqueologia desses períodos para a construção dessa ideia do índio idealizado num passado histórico do Brasil” (MARTINS; SOARES, 2015, p. 2).

Segundo Gomes e Rosa (2008) a busca pela emancipação da comunidade negra iniciou-se por meio de organizações que tinha como foco a queda do regime escravista, e essas buscas de justiça social pressionava o Estado para o Brasil abolir a escravidão.

O estado aboliu a escravidão em 1888, todavia, não foi suficiente para o povo negro possuir sua liberdade, pois a promulgação da Lei Áurea não garantiu as condições de sobrevivência digna aos negros escravizados libertos. Logo após a libertação dos escravos “cometeu um grave erro de resumir-se ao próprio ato da assinatura, não houve uma complementação, no sentido de programar políticas públicas de amparo aos negros libertos, deixando-os à própria sorte no mercado de trabalho” (GOMES; ROSA, 2008, p. 2).

Dessa forma, pode-se entender que a ausência de políticas públicas para os negros e indígenas no processo de formação social da sociedade brasileira, trouxe a lógica mercantilista e o desenvolvimento desigual, além da composição de uma sociedade elitista e injusta.

No processo da formação social do Brasil percebe-se que algumas pessoas, mais especificamente quem fazia parte da elite não teve a preocupação com os grupos de pessoas que cresciam marginalizados. Assim, esses grupos excluídos ocuparam os espaços e as posições inferiores na sociedade brasileira, para piorar muitas não tinham acesso a escola, saúde, terras e nem moradia.

Stedile (2011) observa que a Lei nº 601 (conhecida como lei de terras) criada em 1850 pela Constituição Federativa brasileira estabelece a propriedade privada, que é caracterizada também pelo fato de que qualquer pessoa poderia se tornar proprietário de terras, porém, para

isso deveria pagar o valor das terras para a Coroa. Acredita-se que a criação dessa Lei visava impedir que quando houvesse a abolição da escravidão negra no país, pudesse dificultar que os negros apossassem de terrenos e terras. Mediante essa situação mesmo após a promulgação da Lei Áurea, os negros que conquistarem a sua “liberdade” continuaram a mercê dos fazendeiros.

A aprovação da lei de terras trouxe consequências, não somente para a população negra, mas para toda a população pobre naquele momento e continua até hoje.

Os movimentos sociais foram organizando-se e buscando formas de expressar-se na sociedade construída,

Assim, os movimentos sociais são um tipo de organização que pode deixar latente os conflitos presentes na formação social - entendida como o processo pelo qual os sujeitos assumem (interpretam) as relações sociais- sendo assim, muitas vezes ignorados pelo Estado. (GOMES; ROSA, 2008. p. 5).

Neste sentido, os movimentos sociais são coletivos que mobilizam-se para questionarem o Estado sobre o cumprimento dos direitos sociais.

Os grupos marginalizados estão em todas as regiões brasileiras, muitas pessoas fazem parte desses grupos, situação de pobreza está diretamente ligado a má distribuição de renda desde o processo de colonização.

Conforme Brito e Machado (2017, p. 106), “A natureza pluricultural da nossa sociedade exige que as escolas incluam indivíduos vindos de processos e grupos socialmente excluídos pelas desigualdades”. O Brasil possui uma grande diversidade de povos, culturas, religiões dentre outros, essa diversidade que deve ser respeitada, valorizada e jamais excluída.

De acordo com Fausto (1996, p. 18), Portugal era uma pátria que visava terras além da Europa, isso não significa que nossa terra fosse a mais visada, mas que o interesse dos Portugueses em descobrir o novo resultou nessa mistura de culturas. O cenário brasileiro após a colonização era de uma soma de povos, o Europeu, o indígena nativo dessa pátria e os negros vindo da África, a forma de administração dos povos ficou nas mãos dos portugueses, no qual o interesse se baseava em exploração de mão de obra nativa e Africana juntamente com a imposição cultural que eles traziam.

A missão portuguesa de retirada de lucros também ficou marcada pelo uso abusivo da mão de obra negra, os escravos eram trazidos do continente africano, obrigados a trabalharem em condições sub-humanas e por fim sucumbiam às circunstâncias precárias até o dia de sua morte. Com o passar dos anos o Brasil se viu como uma terra mista, onde o “homem branco” tinha criado laços com as mulheres negras e os indígenas em sua grande parte deposta de suas terras, porém dando seguimento a sua linhagem familiar.

Pode-se mensurar em números que a mistura de cultura resultou e os danos sofridos pela sangrenta colonização proporcionada pelos europeus. O Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) em 2019 publicou que 56,10% da população brasileira se considera negra e que apenas 0,4% da população brasileira é de origem ou de fato indígena.

O movimento negro se radica na tradição comum, ele busca da tradição os elementos que permitam perceber-se a si próprio. Simultaneamente, ele é a afirmação de uma negatividade histórica, de um papel desempenhado na História. Ele é a busca de um outro si mesmo, para além da alteridade desse outro presente, que não é de si. (BARBOSA; SANTOS, 1994, p. 46).

Barbosa e Santos (1994) abordam que o movimento negro visa a valorização do povo negro, que por muitos anos foram injustiçados e covardemente violentados. Tal movimento está sempre em busca de direitos iguais para todos, e também tem como intuito promover reflexões acerca das questões raciais na sociedade brasileira.

O movimento negro no Brasil teve início no período da escravidão. Esse grupo era formado por pessoas que eram influentes na sociedade brasileira e também o povo que fazia parte da classe trabalhadora, todos em busca do mesmo objetivo que era a busca pelo fim da escravização e pelos direitos iguais. O movimento buscava pelo fim da escravidão e todo tipo de violências cometidas ao povo negro pelos senhores e fazendeiros. Ao passar dos anos, o movimento negro ganhou forças na sociedade brasileira, pois muitas pessoas apoiavam suas ideias.

No Brasil, os movimentos sociais tiveram grande participação na construção dos direitos fundamentais e sociais previstos na constituição de 1988 e nas leis antirracistas, como a Lei 10.639/2003, as de cotas raciais nas universidades federais e no serviço público, no Estatuto da Igualdade Racial e também nas decisões judiciais, inclusive com contribuições técnicas e teóricas de grande relevância. (ALMEIDA, 2020, p. 151).

A busca pela igualdade racial e oportunidades igualitárias vai além dos movimentos sociais, tais movimentos são essenciais, porém, estão ligados diretamente aos processos políticos e econômicos da sociedade. A luta no combate ao racismo não é um processo fácil, exige dedicação, mobilização social e formação são o ponto-chave para essa conquista. É preciso promover reflexões acerca do racismo no Brasil em todos os espaços, e principalmente nos ambientes escolares. Silenciar-se diante de ações racistas, é também ser cúmplice das violências que ferem diretamente interiormente e exteriormente a vítima.

A educação é um dos pontos principais de luta dos movimentos sociais no Brasil. É muito importante a articulação entre a educação escolar e os processos educativos que se dão

fora da escola nos processos políticos e nos grupos culturais. Sabe-se que por meio dos movimentos sociais promove-se a consciência da população pelos seus direitos, e esclarece as pessoas que a educação é um direito social que deve ser ocupado por todos os povos, sem nenhuma restrição.

É importante destacar que o movimento negro no Brasil está em luta por ações afirmativas que possam corrigir a alta desigualdade social devido a formação da sociedade brasileira. Trata-se de buscar por espaços dentro das escolas, da mídia, na área política e nas universidades. O movimento negro visa conquistas não somente na área da educação e cotas, mas sim a igualdade racial no mercado de trabalho, nos meios de comunicação, nas universidades públicas, na saúde, enfim, em diferentes espaços setores sociais em que existe a desigualdade racial.

Para Barbosa e Santos (1994) o movimento negro no Brasil reflete na verdadeira história da trajetória do povo negro no Brasil, não apenas no senso comum. Analisar a história do negro no país é a chave para compreender a realidade atual desse grupo. Para o movimento negro a vida da população negra é determinada pela estrutura do racismo na sociedade brasileira.

Agora devemos voltar a nossa análise para a conquista adquirida por esses povos, e interpreta-las no campo da educação, saber indagar se os espaços de ensino sejam eles escolas ou universidades estão sendo frequentadas por negros e indígenas e reforçar que a dívida social do nosso país com esses povos é impagável.

A característica distintiva do racismo brasileiro é que ele não incide sobre a origem racial das pessoas, mas sobre a cor da pele. Nessa escala, negro é o negro, o mulato já é o pardo e como tal meio branco, e se a pele é um pouco mais clara, já passa a incorporar a comunidade branca. (RIBEIRO, 2015, p. 169).

A constituição nacional de 1988 trouxe um notório avanço nas legislações da educação brasileira e na garantia dos direitos sociais da população e povos tradicionais. Entretanto, as desigualdades e pobreza são enormes, estamos vivendo um cenário bastante complicado politicamente e econômico, e ainda temos os problemas sociais e de saúde da pandemia do Covid-19.

3 AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E A ESCOLA

As questões étnico-raciais devem ser incluídas no currículo desde a educação infantil e anos iniciais para desconstruir preconceitos que estão cristalizados nas crianças. Pois,

O contexto escolar pode configurar-se em ambiente privilegiado na promoção de debates e reflexões acerca da dinâmica das relações sociais em uma sociedade multicultural e pluriétnica. Sendo assim, torna-se urgente a necessidade de inclusão de conteúdos que tenham a diversidade étnico-racial e cultural como princípio de ensino em todas as áreas de conhecimento. (BRITO; MACHADO, 2017, p. 106).

O silêncio perante o racismo, discriminação e preconceito é uma das armas mais eficazes para dar continuidade à rotatividade de tais atitudes. Deste modo, precisa-se entender que é necessário se opor contra comportamentos racistas de familiares, amigos e conhecidos. É preocupante a ausência de diálogos que tratam sobre as questões étnico-raciais no espaço escolar, uma vez que a educação é vista como o caminho mais eficaz para a conscientização da diversidade cultural existente no país.

Foi sancionada pelo Congresso Nacional em 20 de dezembro de 1996 a Lei nº 9.394/96, (BRASIL, 1996), a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial de Ensino a necessidade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Desta forma, foi redigida uma Lei complementar que alterou o complemento a LDB em 9 de janeiro de 2003, quando foi sancionada a Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), na qual torna-se obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas.

Considera-se que para essas leis serem aprovadas pelo Congresso Nacional, não foi apenas pelo reconhecimento da importância de se trabalhar em sala de aula o ensino da história e as culturas afro-brasileiras e africanas. Mas sim, sobretudo, pelo apoio fundamental do movimento negro para que tais leis constituíssem-se vigoradas na sociedade brasileira, por isso, é essencial compreender o movimento negro na qual lutam por igualdade racial, social e buscam assegurar a valorização da formação de identidade do povo negro no Brasil.

Os diferentes grupos que formam o movimento negro brasileiro, “[...] têm comprovado o quanto é dura a experiência dos negros de serem julgados negativamente seu comportamento, ideias e intenções antes mesmo de abrirem a boca ou tomarem qualquer atitude” (BRASIL, 2004, p. 5). É necessário olhar com mais amor para essa realidade triste. O movimento negro tem um papel fundamental para que a voz do negro possa ser ouvida.

Para assegurar que as leis estão sendo respeitadas no território brasileiro, em 25 de novembro de 1995 foi criado o atual Conselho Nacional da Educação (CNE) que é um órgão colegiado integrante do Ministério da Educação (MEC), que tem o intuito de assegurar o desenvolvimento da educação.

Por intermédio das reivindicações dos movimentos negros e sociais, foi criada as diretrizes que orientam a organização de projetos que possa favorecer na valorização da história e cultura dos povos negros, proporcionando um suporte maior para que os profissionais da educação sejam mais comprometidos e dedicados com a educação das relações étnico-raciais em todo o país.

Seguindo esse raciocínio, um documento relevante para a educação são as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” que possui como objetivo possibilitar a educação das relações étnico-raciais na população brasileira que é multicultural, ou seja, composta por diferentes culturas e povos, para que as pessoas possam conscientizar-se que ninguém é superior e nem inferior. Tal documento tem fundamentação no Parecer CNE/CP 3/2004, aprovado no dia 10 de março de 2004 (BRASIL, 2004) homologado pelo Ministro da Educação, que no artigo 2º e parágrafo 1º e 2º, diz:

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas. (BRASIL, 2004).

Dessa forma, “as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”, foram especialmente escritas para os administradores do ensino e aos profissionais da educação, apoiarem-se a este documento quando forem debater sobre as relações étnico-raciais no intuito de promover os direitos legais, a valorização da identidade e a garantia de igualdade. Seria interessante que toda sociedade brasileira tivesse acesso a tais informações cruciais para o crescimento como pessoa, uma vez que trata sobre respeitar o espaço do outro. Entretanto, a realidade é totalmente diferente. Esse documento é destinado não apenas para os profissionais que estão na linha de frente da educação, mas também para as famílias dos estudantes e todos os cidadãos que

comprometem-se com a formação de uma sociedade mais democrática. É visto pelos profissionais como um suporte para entenderem melhor como dialogar com os sistemas educacionais, no que se relaciona às relações étnico-raciais, a valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e a multiculturalidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana têm como objetivo fornecer subsídios para que os profissionais da educação criem estratégias e ações afirmativas para a desconstrução de preconceitos, para a superação da indiferença, para superar a imagem de inferioridade sobre a população negra e ao mesmo tempo de superioridade branca que foi construída desde que as pessoas negras foram escravizadas em função do projeto de colonização brasileira e africana que perdurou por vários séculos. Portanto, existe a necessidade de ter debates sobre as relações étnico-raciais dentro da sala de aula, para que haja a desconstrução de preconceitos, representações negativas e o ato de considerar-se superior ao outro, isto é: racismo.

Brasil (2004) enfatiza que para o sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, relacionado a valorização da cultura afro-brasileira e da história do povo negro, é necessário observar as condições físicas, emocionais e intelectuais que favorecem para o ensino e para a aprendizagem. Deste modo, todos os alunos independente de serem brancos ou negros, precisam amar-se primeiro, sentirem-se valorizados e entenderem que não estão sozinhos. Para que aconteça o processo de reeducação sobre as relações étnico-raciais é necessário trabalhar em conjunto por meio de articulação entre processos educativos escolares, as políticas públicas e também os movimentos sociais, uma vez que as relações étnico-raciais estão presentes na sociedade. Sabe-se que o desenvolvimento de práticas pedagógicas que objetivam alcançar meios de desacelerar e até mesmo combater o racismo é uma incumbência de todos os educadores, independente de sua cor.

É assegurado que as “pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação as relações étnico-raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar os brancos a consciência negra” (BRASIL, 2004, p. 7), por isso é essencial o desenvolvimento de ações afirmativas para trabalhar as questões étnico-raciais, pois somente por reflexões, diálogos e conversas, que as pessoas podem vir a tornar-se conscientes sobre o racismo.

Embora estejamos em pleno século XXI, muitos ainda acreditam que a educação é apenas o processo de ensinar e aprender que ocorre apenas dentro da instituição escolar por meio dos profissionais da educação, contudo é um pensamento defasado. Uma vez que, a partir

do momento que uma criança nasce, ela vai estar em constante aprendizado, dia após dia. É coerente afirmar que a criança vai estar sempre em desenvolvimento e aprendizado, dentro do seu contexto social. No entanto, compreendemos que

A experiência escolar amplia e intensifica a socialização da criança. O contato com as crianças de mesma idade, com outros adultos não pertencentes ao grupo familiar, com outros objetos de conhecimento, além daqueles vividos pelo grupo familiar vai possibilitar outros modos de leitura de mundo. (CAVALEIRO, 2005, p. 17).

Cavaleiro (2005) afirma, o quanto é necessário essa troca de experiências para o desenvolvimento da criança, salientando também que a experiência escolar proporciona à criança o descobrimento de outras formas de visão de mundo. Deste modo, a escola tem a função da formação dessas relações étnico-raciais, podendo romper as desigualdades e a discriminação.

Outro ponto importante a ser discutido, é que por muitas vezes o que para a escola representa um problema em relação ao racismo e preconceito, para o grupo familiar e todo o contexto social que a criança está inserida pode não ser. Contudo, não é por isso que o professor da sala de aula ou outro profissional da educação deva se calar, são exatamente e principalmente nesses momentos que a instituição deve procurar maneiras para trabalhar sobre as relações étnico-raciais com pais e filhos.

Acredita-se que a “educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para uma sociedade justa, igual, equânime” (BRASIL, 2004, p. 6), dessa maneira, fica evidente que para a desconstrução de pensamentos preconceituosos é necessário que haja políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, com o intuito de provocar reflexões sobre a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar.

As relações étnico-raciais precisam ser trabalhadas desde a educação infantil, promovendo às crianças um momento divertido, mas também possibilitando a desconstrução de algum sentimento caso já tenha adquirido comportamentos preconceituosos em seu meio social.

Sabe-se que a sociedade é preconceituosa e discriminadora, e a escola como parte da sociedade, também é. Um dos primeiros passos para que a escola possa contribuir com a diminuição do preconceito dentro da sala de aula e no ambiente escolar, é reconhecer que a sociedade é preconceituosa. Em vista disso, no momento que a instituição compreender que é inaceitável esse comportamento e buscar estar comprometida em conduzir a reeducação das relações entre os diversos grupos étnicos, é legítimo afirmar que está no caminho correto.

Há que ressaltar que deve haver uma preocupação ao olhar para os professores, auxiliares, a equipe pedagógica e os funcionários da instituição se eles estão preparados para enfrentar as situações de racismo entre seus alunos e de que forma tendem a solucionar o conflito, entender quais suas posições na situação.

A Lei nº 9.394 promulgada dia 20 de dezembro de 1996, também conhecida como Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é um documento que tem como objetivo de garantir o direito de cada cidadão ao livre acesso à educação, uma educação de qualidade e igualdade e liberdade de aprender, sendo caracterizado também por ser uma legislação educacional regulamentadora e reguladora, que visa trabalhar a sustentação da estrutura político-jurídica da educação. A Lei nº 9.394/1996 em seu art. 26, estabelece que o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, seja obrigatório em todas as instituições de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados. No parágrafo 1º e 2º, diz que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.
 § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 1996).

Como mencionado acima, fica evidente que conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas precisam estar presentes nos currículos escolares, com o intuito de enfatizar as contribuições desses povos na construção do Brasil nas áreas sociais, econômicas e políticas.

Destaca se ainda que no dia 20 de julho de 2010 foi sancionada pelo Congresso Nacional brasileiro a Lei nº 12.288, garantindo no Art. 1º que a criação da lei é destinada a garantir aos povos negros a igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais ou coletivos, e o combate a discriminação e a intolerância étnica. Ainda em seu Art.1º tipifica o significado de discriminação racial que destacamos a seguir, mas também no Estatuto, os significados de desigualdade racial, desigualdade de gênero e raça, população negra, políticas públicas e ações afirmativas.

Assim, para o Estatuto da Igualdade Racial discriminação racial é,

I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos

político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada. (BRASIL, 2010).

Portanto, a lei nº 12.288 tem sido um apoio para que todo negro tenha seus direitos garantidos por lei na sociedade brasileira. De modo que, garante a liberdade da participação nos campos político, cultural, social, econômico ou em qualquer área pública ou privada no país.

A lei nº 11.645, sancionada no dia 10 de março de 2008, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Após a promulgação da lei nº 11.645/2008 o art. 1º, o Art. 26-A da Lei nº 9.394/ 1996, passa a vigorar da seguinte maneira,

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.
 § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.
 § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (BRASIL, 2010).

Essa lei nº 11.645/2008 tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os estabelecimentos do ensino fundamental e ensino médio, tanto em instituições particulares como públicas. Enfatizando o processo da formação da sociedade brasileira, e a diversidade de povos no Brasil.

3.1 A escola como ferramenta de reprodução das desigualdades

O modelo de escola que tem predominado nos dias atuais na sociedade, surgiu a partir do Estado-Nação, onde é necessária a existência de uma única cultura, para que fosse possível, utilizou-se a escola e o exército. O exército tinha a missão opressora de dominar, de ratificar e dizimar aqueles que fossem contrários aos ideais do poder. Foi construída unidade interna, fronteiras foram estabelecidas e estrangeiros foram excluídas. Nesse aspecto houve uma necessidade da criação de uma unidade nacional, na qual os indivíduos deveriam abandonar suas diferenças culturais e serem indivíduos de um único estado, obrigando a transformação de uma sociedade muito heterogênea em uma sociedade homogênea, principalmente no contexto cultural.

Após esse processo a escola teve um papel principal na criação de uma nova cultura a ser compartilhada comumente por toda a sociedade visto que, era obrigatório ter-se um único linguajar e única identidade. Desta forma, todos os membros da comunidade são limitados a um único sistema educacional. Mas, que sistema educativo era esse? Quais suas bases? Qual sua força? Como bem destaca.

Observa-se que a escola impôs uma cultura escolar, e esta representava somente a cultura dos principais grupos, dentre todas as outras existentes. Veiculada pela escola a cultura dos principais grupos foi modificada e passa a ser a cultura de todas as pessoas de um país.

Este modelo de educação foi difundido ao longo dos anos e tornou-se uma cultura naturalizada, “intocável”, que não deve ser discutida ou mudada, somente aprendida por todas as pessoas da atual sociedade. As consequências deste modelo de escola resultam na exclusão e discriminação de alguns conjuntos de pessoas que são a maioria da sociedade e que não se identificam, como as pessoas negras, pobres, camponeses, povos indígenas e os marginalizados da sociedade. Problemas relacionados a esses grupos originados a partir da sua diversidade cultural, são julgados, pois a escola deve ter uma cultura hegemônica.

A escola pública é um ambiente que é importante ter igualdade, por sua vez, é notada pela contrariedade, visto que propaga e fortalece as desigualdades financeiras, sociais e políticas dentro da comunidade.

As pessoas negras, indígenas, pobres, mulheres etc. são grupos socialmente considerados “minorias”. Assim como são discriminados e excluídos na escola, isso também ocorre a tais grupos em outros âmbitos da vida social, principalmente com relação à garantia de direitos e ao acesso a estes. Ao longo da história, foram muitos os movimentos que se rebelaram contra esse processo de “domesticação” de culturas imposto pela escolarização. (LEITE, 2015, p. 16).

Ao observar o contexto histórico, o processo de educação trouxe a abolição de diversas culturas tradicionais, juntamente com suas vivências e saberes, trazendo como sequelas a violência e autoritarismo cultural e social. O modelo de escola pública traz questionamentos de alguns indivíduos que não se sentiram representados no formato de escolarização, “escola pública igual para todos”.

3.2 Uma escola que se comprometa com a transformação social

Paulo Freire (1987) defende que educação não é algo adquirido somente através de outro, e nem mesmo imposta por si mesmo, mas é construída através das relações sociais e informações adquiridas pelos meios de comunicação mundiais. Nesse aspecto, observa-se o

quão é importante e necessário atualmente que o educador assuma a posição e faça discussões sobre pautas que podem ser utilizadas como forma de opressão, como o racismo, homofobia, segregação, exploração sexual, desrespeito aos direitos da criança e do(a) adolescente.

Desta forma Paulo Freire (1987), apresenta a importância do educador integrar-se e ter uma visão acerca das estruturas opressoras e práticas bancárias existentes na sociedade, ainda que seja desafiador é necessário excluir a realidade da sociedade opressora e desigual a qual estamos inseridos.

Ele nos faz questionar sobre nossa prática como educadores(as) comprometidos(as) com uma educação democrática. Freire nos indaga: Que concepções de educação defendemos? Para que projeto de sociedade temos contribuído? Como nos posicionamos politicamente em nosso contexto social? A favor de quem e de que educamos? Contra quem e contra quê?. (LEITE, 2015, p. 34).

Muitos grupos e educadores respondem este questionamento de forma prática, elaborando propostas de educação escolar.

No atual cenário no Brasil existe um grande número de escolas que se manifestam contra as desigualdades sociais, as escolas utilizam como experiência a adesão de práticas em espaços culturais independentes disponíveis para professores e alunos. Os indígenas, quilombolas, MST e outros grupos de comunidades enfrentam grandes desafios, estes são os mesmos grupos que historicamente são excluídos das prerrogativas do desenvolvimento econômico e suas comunidades estão dentro do censo de pobreza do país.

Essas experiências são importantes, pois nos trazem a possibilidade de um estudo, que mostraria a realidade das escolas e os desafios atuais encarados no processo de criação de uma educação que tenha mais equidade, considerando a realidade e o meio que alguns educandos têm, visto que milhares vivem em situações de pobreza. As experiências resultam na inovação, nos trazem a possibilidade buscar não somente um modelo, e sim a adesão, não de um modelo, mais de ações e ideias que tragam resultados para a educação.

Uma escola que se comprometa com os ensinamentos das relações étnico-raciais sem sombra de dúvidas atentar-se-á às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, pois este documento serve para que os sistemas de Ensino, os estabelecimentos e os professores tenham como referência, alguns princípios da consciência política e histórica da diversidade, que precisam ser trabalhados em sala de aula e em todo ambiente escolar. Estes princípios são

- à igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos;
- à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;
- ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro brasileira na construção histórica e cultural brasileira;
- à superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados;
- à desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, idéias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem a negros e brancos;
- à busca, da parte de pessoas, em particular de professores não familiarizados com a análise das relações étnico-raciais e sociais com o estudo de história e cultura afrobrasileira e africana, de informações e subsídios que lhes permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitadas;
- ao diálogo, via fundamental para entendimento entre diferentes, com a finalidade de negociações, tendo em vista objetivos comuns; visando a uma sociedade justa. (BRASIL, 2004, p. 9).

Estes princípios visam possibilitar por meios de ações nas instituições, reflexões sobre a igualdade entre as pessoas de diferentes classes sociais e grupos étnico-raciais. A valorização da história dos povos negros e indígenas auxilia na desconstrução de ideias preconceituosas. O diálogo que é fundamental no processo da conscientização das relações étnico-raciais.

- VI - estímulo, apoio e fortalecimento de iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnicas, inclusive mediante a implementação de incentivos e critérios de condicionamento e prioridade no acesso aos recursos públicos;
- VII - implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros. (BRASIL, 2010).

A lei nº 12.288 em seu Artº 4 garante que a participação da população negra em qualquer espaço, sem distinção nenhuma. Essa lei fortalece as iniciativas desenvolvidas em busca de igualdade de oportunidades e combate às desigualdades étnicas no Brasil. A educação é essencial no processo da transformação social, ela é a ferramenta para a desconstrução de todo preconceito e intolerância.

4 A ANÁLISE DAS DIFICULDADES E POSSIBILIDADES DO ENSINO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS ANOS INICIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ANTONIO UCHÔA VIANA EM MIRANORTE (TO)

4.1 Contextualização do município de Miranorte (TO)

Esta pesquisa foi desenvolvida no município de Miranorte (TO) que está situado próximo a capital, Palmas, do Estado do Tocantins, na região norte do Brasil. O estado do Tocantins teve sua criação institucionalizada com a divisão do Estado de Goiás, por meio do artigo 13º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 5 de outubro de 1988.

Considerou -se interessante fazer um breve relato sobre a formação do município e sua caracterização, uma vez que a partir de tais informações torna-se mais compreensível a elaboração da política educacional - Plano Municipal de Educação - efetivamente voltado para as características e peculiaridades locais.

Segundo a história que corre nas palavras do povo miranortense é que tudo começou no ano de 1934, quando o senhor, Job Lima, formou uma fazenda a margem direita do Ribeirão Providência, fazenda Sucupira, tal nome era devido uma quantidade maior de árvores com essa predominância na região, com o intuito de trabalhar com a agricultura e pecuária.

A fazenda Sucupira era um lugar panorâmico, bonito e desenhado pelas curvas do Ribeirão Providência. Era uma região com terras muito boas e difíceis de serem exploradas por causa das espécies animais que habitavam e principalmente devido ao fato do difícil acesso às terras, pois não havia estrada.

Entretanto, a história no ano de 1952 muda com a chegada de Antônio Alexandrino Ribeiro, popularmente conhecido por Antônio Valentim, pois comprou a Fazenda Sucupira de Job Lima. Anos após, ainda com Antonio Valentim no comando da propriedade, o desenvolvimento da região fez-se mais concreto com a oportunidade da abertura da Rodovia Belém-Brasília.

Por meio da Lei nº 131, de 16 de novembro de 1963, juntamente com a Câmara Municipal de Miracema do Norte, o Distrito Miranorte foi elevado a Município, pela Lei Estadual nº 4.820 de 8 de novembro de 1963 e foi instalada em 1º de Janeiro de 1964, sendo então o Sr. Felipe Fagundes de Carvalho nomeado Prefeito Municipal pelo Governador de Goiás, Senhor Mauro Borges Teixeira.

Miranorte (TO) é uma cidade que teve uma evolução maior a partir da criação do Estado do Tocantins, principalmente pela sua posição geográfica privilegiada de estar nas margens da BR 153 Belém-Brasília, que recebia investimentos empresariais e a produção agropecuária era favorecida tendo em vista as outras cidades da região. Apesar dos ganhos que o município vive, pela BR-153 atravessá-lo, sendo uma das rodovias que liga a região sul ao norte, gerando assim um fluxo de pessoas passando pela cidade ou até mesmo resolvendo viver, percebe-se também que contribuiu de certa forma direta ou indiretamente para o aumento dos problemas sociais. Dessa forma, conjectura-se que devido o fluxo de caminhoneiros na cidade ser intenso, pensa-se que seja um dos fatores que possibilitam o aumento da prostituição infantil e consequentemente os índices de gravidez na adolescência, e também o aumento do uso de substâncias proibidas.

Os aspectos econômicos do município estão relacionados com uma das grandes forças econômicas do Estado, que tem crescido consideravelmente e aumentado bastante os rebanhos de bovinos, suínos e aves. As atividades relacionadas ao setor primário, isto é, agricultura e a pecuária fazem a economia girar na região, todavia trazem também a contradição do processo de uma agricultura capitalista e pecuária, que revela e reafirma o desenvolvimento e a distribuição de renda e terra no nosso país de forma desigual. Os produtos agrícolas que são bastante cultivados na região, são: abacaxi, arroz, banana, cana-de-acúcar, dentre outros.

A população de Miranorte (TO) é indiscutivelmente composta com uma grande diversidade cultural, por abrigar pessoas de diferentes regiões e com culturas diferentes. É cidade de pessoas que possuem linguagens diferentes, as tradições, a culinária, a religião, os costumes, o modelo de organização familiar, política e entre outras.

Deste modo, fica evidente com o breve relato dos aspectos históricos e as características do município de Miranorte (TO), a importância do desenvolvimento econômico, social e político para todo o Estado do Tocantins.

4.2 Caracterização da escola pesquisada

A Escola Municipal de Tempo Integral Antonio Uchôa Viana atende principalmente o público que se localiza na Vila São José, Vilas circunvizinhas e também estudantes das comunidades rurais de suas imediações.

Ao analisar a Escola Municipal de Tempo Integral Antonio Uchôa Viana percebe-se que o público atendido com predominância na instituição é carente e que enfrenta diversos problemas sociais que contribuem para a perpetuação do ciclo, como: pais analfabetos, crianças

sob a responsabilidade de avós e tios, muitas famílias que apresentam indícios de membros usuários de substâncias entorpecentes, entre outros.

A realidade observada de perto é bem mais angustiante, pois os responsáveis dos alunos da escola não ganham o suficiente para suprirem as necessidades básicas da família e esse fator não deixa de refletir nos índices de aprendizagem dos alunos.

Fez-se necessário também analisar o **projeto político pedagógico (PPP)** da Escola Municipal de Tempo Integral Antonio Uchôa Viana em Miranorte (TO) do ano de 2019, documento esse que é exigido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no qual estabelece que cada escola tem a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico, juntamente com os docentes, visando não apenas elaborar, mas sim buscar atingir as propostas criadas. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996).

Sabe-se que o PPP, é construído em processo democrático de decisões, que consiste em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias.

[...] o PPP tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. (MIRANORTE, 2019).

O projeto político pedagógico da instituição é um documento que consiste na descrição da organização, concepção pedagógica, objetivos e missão da escola. A construção do PPP é feita de forma participativa envolvendo os profissionais da educação, funcionários da escola e comunidade escolar, promovendo uma discussão e elaboração do documento de forma democrática.

Ressaltando a importância da escola como espaço de crescimento intelectual, ético, moral, individual e coletivo do aluno, a Escola Municipal de Tempo Integral Antonio Uchôa Viana, embasada nas normas que regem a educação tem a finalidade de construir/propor metas e ações capazes de nos auxiliar nas principais dificuldades, atendendo as necessidades básicas dos nossos alunos e professores. (idib, 2019).

É exposto no PPP da escola o desejo e compromisso de proporcionar um crescimento intelectual, ético, individual e coletivo dos alunos, pensando sempre em trabalhar com ações que auxiliem de certa forma as necessidades da comunidade escolar. A Escola Municipal de Tempo Integral Antonio Uchôa Viana, enfatizou a missão da instituição no PPP redigido, sendo a de,

Propiciar meios para que os alunos obtenham aprendizagem necessária ao seu pleno desenvolvimento, ampliando os seus conhecimentos através da investigação, apreciação, análise e tendo a tecnologia como objeto de conhecimento conforme BNCC tendo em vista que nos últimos anos em todas as classes sociais seu acesso tem sido facilitado. Buscar sempre a promoção intelectual e emocional do educando, respeitando seu ritmo de desenvolvimento, trabalhando suas competências e valorizando seu progresso de maneira a formar cidadãos: crítico, criativo, participativo, solidário e responsável, a fim de que desenvolva a capacidade de opinar e buscar soluções nas várias situações do dia-a-dia além de garantir seu ingresso e permanência com uma educação de qualidade. (idib, 2019).

Ao analisar a missão da escola citada acima, pensa-se que os profissionais da educação local estão realmente preocupados com a formação das crianças e com o desenvolvimento do ser individual. Uma vez que buscam formar cidadãos críticos, participativos, empáticos e responsáveis.

No contexto da formação, ainda que a escola tenha identificado como missão formar cidadãos críticos, participativos e responsáveis faz-se também necessário construir espaços pedagógicos para que as crianças possam ter aprendizagens sobre as relações étnico-raciais e construa conhecimentos contextualizados às suas realidades fazendo leituras crítica da sociedade. No plano de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de história e cultura afro-brasileira e africana indica que no ensino fundamental,

o ato de educar implica uma estreita relação entre as crianças, adolescentes e os adultos. Este vínculo precisa estar pautado em tratamentos igualitários, considerando a singularidade de cada sujeito em suas dimensões culturais, familiares e sociais. Nesse sentido, a Educação das relações étnico-raciais deve ser um dos elementos estruturantes do projeto político - pedagógico das escolas. (BRASIL, 2013, p. 50).

O Plano Municipal de Educação (PME) do município de Miranorte (TO), foi apresentado ao Conselho Municipal de Educação no ano de 2014, para análise e indicação de conselheiros para fazer parte da Comissão de Adequação do novo Plano que terá vigência até 2025.

Compreende-se que o desenvolvimento de um trabalho tão importante para o município, que implica no planejamento de políticas e ações merece estudos aprofundados, disposição em discutir, debater e acima de tudo compreender as diferenças, a diversidade e a complexidade de fatores que envolvem o processo educativo. (MIRANORTE, 2015).

Sabe-se que o Plano Municipal de Educação de Miranorte (TO) que está em vigência e o projeto político pedagógico devem trabalhar juntos para alcançar as metas planejadas. Desta

forma, sabe-se que o Plano Municipal de Educação é um documento de referência para aqueles que atuam direta ou indiretamente na Educação do Município.

O Conselho Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Educação serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do PME, propondo, sempre que necessário, alterações para atender às necessidades educacionais. Enfim, o PME é o instrumento que direciona as ações que visam oferecer uma educação de qualidade à população de Miranorte. (MIRANORTE, 2015).

Ao longo do documento fica notável que a educação deve ser garantida como prioridade estratégica de um projeto de desenvolvimento que busque efetuar uma verdadeira e real inclusão social.

4.3 Procedimentos Metodológicos e Análises

Essa pesquisa visou analisar com respeito às dificuldades e possibilidades de trabalhar as questões étnico-raciais na escola municipal de tempo integral Antonio Uchôa Viana, em Miranorte (TO).

Segundo Gil (2008) a pesquisa pode ser definida como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, tendo como objetivo obter respostas para problemas referentes à realidade da pesquisa. Nesse sentido, para o desenvolvimento da pesquisa precisa-se que alguma coisa inquiete o pesquisador, para que, a partir disso, possa-se criar caminhos e possibilidades para compreender os motivos dessas dúvidas.

A proposta metodológica para a construção dessa pesquisa visando o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), teve uma abordagem qualitativa com caráter exploratório de cunho documental, bibliográfico e de campo, para que por meio da compreensão de pesquisas já conceituadas e por textos de autores que expressam de maneira sucinta o assunto desejado, facilite a compreensão das dificuldades e as possibilidades da educação das relações étnico-raciais nos anos iniciais na escola identificadas na pesquisa de campo.

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas [...]. (GIL, 2008, p. 45).

Assim, além dos materiais bibliográficos e documentais foi realizada também a entrevista semi-estruturada (apêndice - A), com profissionais dos anos iniciais do ensino fundamental que atuam na instituição citada logo acima, no primeiro semestre do ano de 2021.

Para o processo de aplicação das entrevistas foi levado em consideração todos os protocolos de segurança de proteção e de combate à pandemia de Covid-19.

A coleta de dados para o enriquecimento da pesquisa foi realizada por meios tecnológicos, pois o mundo está vivenciando uma pandemia devastadora. Diante disso, foi construído um roteiro com sete perguntas relacionadas às questões étnico-raciais no âmbito escolar. Este documento foi entregue aos colaboradores da pesquisa pelo e-mail, proporcionando aos entrevistados mais tempo e comodidade. Assim,

A entrevista é uma das técnicas mais utilizadas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação. (GIL, 2008, p. 109).

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados de extrema valia, uma vez que é uma forma para a obtenção de informações sobre o que as pessoas têm conhecimento, sobre a realidade vivida de perto e a também inquietações que o colaborador sente sobre o assunto pesquisado.

As leituras feitas provocaram reflexões sobre os cenários atuais da educação brasileira nos anos iniciais, e a partir da pesquisa proporcionou analisar opiniões dos profissionais que estão na linha de frente da educação na sala de aula, no intuito de compreender quais tipos de mediações pedagógicas são realizadas nos anos iniciais, que possa influenciar a valorização da “Cultura Negra” no Brasil, quais as dificuldades de trabalhar com as questões étnico-raciais na escola, quais as possibilidades pedagógicas de prevenção e combate ao preconceito e discriminação racial no âmbito escolar. Segundo Gil,

Classicamente, a interpretação de dados é entendida como um processo que sucede à sua análise. Mas estes dois processos estão intimamente relacionados. Nas pesquisas qualitativas, especialmente, não há como separar os dois processos. Por essa razão é que muitos relatórios de pesquisa não contemplam seções separadas para tratar dos dois processos. (GIL, 2008, p. 177).

Desse jeito, é legítimo afirmar que para o desenvolvimento desta pesquisa esses dois processos são indissociáveis, uma vez que são utilizados em conjunto.

Os professores que atuam diretamente com as turmas do 1º ano ao 5º dos anos iniciais do ensino fundamental na escola referida são: 12 profissionais da educação, entretanto, apenas (6) docentes aceitaram participar dessa pesquisa.

Foi entregue a cada colaborador o Termo do Consentimento Livre de Consentimento (TCLC) o (apêndice - B), com o intuito de mostrar a seriedade da pesquisa e a importância da

participação dos docentes. Além de possibilitar ao contribuinte o acesso ao termo, proporcionando a compreender melhor os objetivos e finalidades da pesquisa. Cabe enfatizar que as informações recolhidas foram mantidas em sigilo, com muito respeito e honestidade.

Partindo do pressuposto de que os professores responderam o roteiro com sinceridade e autenticidade refletimos sobre as respostas e anexamos na pesquisa para que se possa fazer as análises interpretativas.

A pesquisa realizada com professores do 1º ao 5º dos anos iniciais do ensino fundamental teve como objetivo compreender os seguintes aspectos: a importância do trabalho pedagógico relacionado às questões étnico-raciais para os alunos e a comunidade escolar; como a escola trabalha com essa temática; se as questões étnico-raciais são trabalhadas nos currículos de acordo com a Lei nº 10.639/03; se o projeto político-pedagógico da escola aborda as questões étnico-raciais; se a formação inicial ou continuada tem proporcionado condições para realizar as mudanças curriculares exigidas pela Lei; de que maneira os professores inclui a temática da questão étnico-racial em sua disciplina e quais são as maiores dificuldades para trabalhar as questões étnico-raciais no contexto escolar na percepção dos professores.

As informações colhidas por meio do roteiro das 7 perguntas para os professores da escola municipal de tempo integral Antonio Uchôa Viana, em Miranorte (TO), foi exposta da seguinte forma:

Entrevistado 1 (Professora na turma do 5º ano; com 5 anos na profissão; não tem magistério);

Entrevistado 2 (Professora na turma do 4º ano; com 17 anos de profissão; possui 14 anos de magistério);

Entrevistado 3 (Graduada em Pedagogia e Pós-graduada em Gestão; Orientação e Supervisão escolar; professora na turma do 3º ano ensino fundamental; atua como professora há 17 anos);

Entrevistado 4 (Professora na turma do 3º ano ensino fundamental; com 11 anos de sala de aula; 24 anos de magistério);

Entrevistado 5 (Professora na turma do 1ª ano do Ensino Fundamental; com 22 anos de formação em magistério e exerce a função há 18 anos);

Entrevistado 6 (Pedagogia; Pós graduação em Gestão; Orientação e Supervisão Escolar; docente no 5º ano e com 5 anos de profissão).

A primeira questão colocada aos professores entrevistados foi: **qual a importância do trabalho pedagógico relacionado às questões étnico-raciais para os alunos e a comunidade escolar**, logo responderam;

É de suma importância o desenvolvimento deste trabalho, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, para que os alunos aprendam a respeitar e valorizar a diversidade. **(Entrevistado 1).**

Socializar valores pertinentes ao reconhecimento e respeito às diferenças dentro da sociedade. **(Entrevistado 2).**

Para que haja uma educação com essa qualificação, é indispensável que o professor precise de uma formação inicial ou continuada que reconstrua e valorize os aspectos históricos, culturais onde os conteúdos trabalhados estejam adequados com a realidade do nosso País e que o aluno se encontre através dos conteúdos apresentados no âmbito escolar. Acredita-se que o indivíduo tem a necessidade de se encontrar desde pequeno, para que em seu processo de desenvolvimento saiba o quanto é importante o seu papel na sociedade. A educação Infantil é essencial para se formar essa identidade é o início da interação social que o ser humano carregará até o fim de sua vida. **(Entrevistado 3).**

As disciplinas escolares e os materiais pedagógicos são recursos institucionais que possibilitam a abordagem sistematizada da diversidade étnico-racial na escola. No entanto, para além dessa abordagem mais sistematizada do tema, o educador deve lembrar que as experiências raciais atravessam todo o processo de ensino e aprendizagem. Não dar visibilidade a essas questões dificulta a construção de uma educação de qualidade, cujos parâmetros incluem a compreensão histórica da diversidade étnico-racial que formou a sociedade brasileira, valorizando e reconhecendo os grupos étnico-raciais e problematizando a falsa ideologia de harmonia racial que escamoteia desigualdades estruturais. As escolas são provocadas a flexibilizar planejamentos enrijecidos e práticas conservadoras de padrões discriminatórios para abrir diálogos fundamentados, críticos e democráticos. **(Entrevistado 4).**

É de extrema importância para a educação das relações étnico raciais na infância, compreenderem a visão e percepção dos educadores em relação ao racismo e seus desdobramentos e as concepções acerca do ensino de cultura e do conceito de infância, e como essa visão vai ao encontro de práticas pedagógicas que contribuem para a construção da particularidade de cada aluno. **(Entrevistado 5).**

É de extrema importância, pois é através desse trabalho pedagógico que as crianças começam a entender e participar dessa importante discussão e assim, levam essa discussão para a comunidade escolar. **(Entrevistado 6).**

Percebe-se nas respostas dos professores que para eles também é importante o trabalho pedagógico relacionado às questões étnico-raciais para os alunos e a comunidade escolar.

Muitas pessoas questionam se existe realmente essa necessidade de se trabalhar as questões étnico-raciais nos anos iniciais do ensino fundamental. E uma das respostas da entrevista foi que o indivíduo “tem a necessidade de se encontrar desde pequeno, para que em seu processo de desenvolvimento saiba o quanto é importante o seu papel na sociedade” **(Entrevistado 3).** De acordo com essas palavras é importante o trabalho com as crianças para

o desenvolvimento dessas questões nos âmbitos escolares, uma vez que desde pequenas as crianças precisam ter contato com a história cultural brasileira. Deste modo, assim como um dos colaboradores explicaram que as disciplinas escolares e os materiais pedagógicos são recursos institucionais que possibilitam a abordagem sistematizada da diversidade étnico-racial na escola.

A segunda pergunta questionada aos docentes foi: **como a escola trabalha com as questões étnico-raciais,**

Através do componente curricular história, onde mostra nossa origem e nos ajuda a construir nossa identidade. **(Entrevistado 1).**

Através de projetos de conscientização envolvendo toda Comunidade Escolar. **(Entrevistado 2).**

O papel da escola e do educador é de suma relevância para que ocorra de fato essa mudança, é necessário que se inicie pelo educador presente em sala de aula, pois é ele que é o agente transformador dos seus alunos, os docentes precisam se conscientizar da importância desse tema abordado nas unidades escolares, pois de nada adianta as secretarias promoverem cursos ou palestras, se os próprios profissionais da educação não abordarão os problemas a respeito das questões raciais no cotidiano escolar, o professor precisa ter uma boa relação com seus alunos para que no ambiente escolar o respeito prevaleça maior que os preconceitos. Apesar de todo o histórico do povo brasileiro, da vasta diversidade e pluriétnica visível, os estabelecimentos de ensino brasileiro ainda não aprenderam a lidar com essa existência. Os docentes em suas práticas educativas orientem os educandos a reconhecer o negro como cultura nacional, que ele saiba lidar com o racismo e a discriminação e que sejam capazes de reconstruir a convivência social entre os variados grupos étnicos presentes na sociedade e no ambiente escolar. **(Entrevistado 3).**

As aprendizagens que os estudantes adquiriram no período de realização do projeto se tornaram visíveis no processo de valorização da cultura africana e afro-brasileira, na elevação da autoestima, que teve por consequência a queda na evasão escolar e o aumento do interesse pela escola. O projeto foi planejado e executado de forma a valorizar a interdisciplinaridade e teve por objetivo despertar e sensibilizar o corpo docente, discente e a comunidade para os malefícios do racismo estrutural de nossa sociedade. **(Entrevistado 4).**

Essa temática é trabalhada de forma interdisciplinar em nossa instituição de ensino, uma vez que nossos alunos já vêm das suas residências com uma cultura meramente formada, e cabe a nós professoras aprimorar de maneira em que todos eles consigam assimilar a importância das relações étnico raciais na infância. Vale salientar que por mais que essa temática seja mais trabalhada na disciplina de História, nós professoras das séries iniciais acabamos trabalhando de forma interdisciplinar, pois a cada momento pode acontecer um assunto que precise ser esclarecido naquela hora. **(Entrevistado 5).**

Apenas em datas comemorativas. Como o dia da Consciência Negra. Por exemplo. **(Entrevistado 6).**

Após analisar as respostas para tal questionamento pode-se deduzir que a escola busca trabalhar com as questões étnico-raciais por meio do componente curricular de história, uma vez que nesta matéria tem uma amplitude de assuntos desde a colonização até aos dias mais atuais.

Outro colaborador expôs que as relações étnico-raciais são trabalhadas por meio de projetos que promovem a conscientização dos alunos, sensibilizando o corpo docente e a comunidade para os malefícios do racismo estrutural em nossa sociedade. Dessa forma, os professores afirmaram que com a realização de projetos na escola foi possível perceber que os estudantes se envolveram mais no processo de valorização da cultura africana e afro-brasileira.

É importante ressaltar a opinião do **(Entrevistado 4)** no qual afirma que o desenvolvimento de projetos que venham valorizar as relações étnico-raciais proporciona a “elevação da autoestima, que teve por consequência a queda na evasão escolar e o aumento do interesse pela escola”. O comentário desse entrevistado trouxe uma vasta reflexão a respeito de que ninguém nasce racista e muito menos com baixa autoestima. Muitas crianças aprendem expressões racistas em seu meio social e conseqüentemente reproduzem em outros locais, até mesmo na sala de aula. Dessa maneira é de muita importância que sejam realizadas ações que possam mostrar a beleza da cultura e história negra.

Vimos a necessidade de explorar a resposta do **(Entrevistado 5)** quando diz que “Essa temática é trabalhada de forma interdisciplinar em nossa instituição de ensino, uma vez que nossos alunos já vêm das suas residências com uma cultura meramente formada [...]”, tendo em vista que o entrevistado já subentende que o contexto social que a criança cresce já tem alguns pensamentos formados que são repassados aos pequenos, logo o entrevistado percebe a necessidade dos professores aprimorarem cada vez mais as maneiras de promover a importância das relações étnico-raciais na infância. Vale ressaltar que o mesmo colaborador enfatiza que essa temática é trabalhada de forma interdisciplinar na escola, principalmente na disciplina de História, pois no decorrer do ensino da matéria aparecem assuntos que precisam ser esclarecidos naquela hora, tendo em vista que os questionamentos dos alunos precisam ser sanados com clareza para estimulá-los também a participarem cada vez mais.

De acordo com Fazenda (2003), a interdisciplinaridade entre as disciplinas mostra que áreas divergentes na realidade se completam. Na verdade, a oportunidade de realizar um trabalho interdisciplinar parte de um trabalho de pesquisa baseado em reflexões e discussões e aproxima o tema ou a problemática em questão, ao contexto das pessoas, isso ajuda na ampliação da aprendizagem e conseqüente postura crítica.

Um ensino inovador parte também do uso da interdisciplinaridade por possibilitar que os estudantes juntamente com os professores, possam analisar os aspectos diversos sobre o tema estudado por meio de trabalhos de pesquisas e das interações, diálogos, dentre outros.

Observando atentamente a resposta do **(Entrevistado 6)**, percebe-se que é dado ênfase na ideia de que as questões étnico-raciais são trabalhadas “apenas” em datas comemorativas, como por exemplo, o dia da consciência negra. Dessa maneira, isso significa que a instituição está se omitindo da responsabilidade de promover a educação das relações étnico-raciais de forma interdisciplinar e planejada para o ano todo.

A terceira questão interrogada aos professores entrevistados foi sobre **como as questões étnico-raciais são trabalhadas nos currículos de acordo com a lei nº 10.639/03?**, dessa forma responderam assim

Na comemoração do dia da consciência negra, a escola trabalha o dia inteiro sobre étnico-raciais. Como por exemplo: apresentações no pátio, desfile, comida típica, dentre outros. **(Entrevistado 1)**.

Através de estratégias utilizadas para estimular atitudes mais inclusivas e o respeito às diferenças, como brincadeiras, contação de histórias com bonecos, o reconhecimento de situações discriminatórias, bem como a incorporação de narrativas que tragam os negros como protagonistas. **(Entrevistado 2)**.

A Lei nº 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, os professores ressaltam em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas. É importante trabalhar o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, todos os dias em nosso cotidiano escolar. Aqui nós trabalhamos por meio de projetos escolares que são desenvolvidos em sala, bem como o projeto da Consciência Negra, são apresentados poemas, jograis e um desfile da “*Beleza Negra*” da escola. Mas sabemos que o trabalho referente à diversidade étnico-racial não deve se restringir somente ao dia 20 de novembro, mas sim, ela deve ser inserida no currículo escolar em todas as áreas do conhecimento, onde deverá ser trabalhado diariamente em sala de aula. **(Entrevistado 3)**.

O aprofundamento do conteúdo estabelecido na lei é encontrado no texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Por meio dele as instituições de ensino, gestores e professores podem se munir de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento e execução do conteúdo afro-brasileiro e africano dentro de sala de aula. **(Entrevistado 4)**.

Sim, através de diálogo constante entre os alunos, pois nada melhor que todos estejam cientes dos fatos. **(Entrevistado 5)**.

Sim. Apesar de não ser dada tanta importância a esse currículo. **(Entrevistado 6)**.

Acima estão comentários acerca de como as questões étnico-raciais são trabalhadas nos currículos de acordo com a Lei nº 10.639/03, onde cada colaborador colocou a forma que percebe como tais questões aparecem nos currículos.

Os **(Entrevistados 1 e 2)**, afirmaram que por meio de atividades práticas promovem reflexões sobre as questões étnico-raciais. E citaram como exemplos as apresentações no pátio, desfiles, comidas típicas, dentre outros. Tendo em vista, a conscientização dos alunos para praticar ações mais inclusivas e provocar reflexões para que as crianças venham respeitar as diferenças.

O **(Entrevistado 2)** informou que as atividades planejadas frequentemente são contação de histórias com bonecos, para que as crianças percebam o quanto o amor e respeito ao outro fazem diferença na autoestima das pessoas. Essa prática pedagógica permite-lhe diversas oportunidades de abordar as questões étnico-raciais, uma vez que o docente pode fazer o próprio roteiro da contação de histórias, escolhendo assim os principais temas que quer abordar nas histórias. Vale ressaltar também que, a contação de histórias é um dos métodos mais importantes nessa faixa etária, pois as crianças se atentam muito para a história e com isso possa ser que tenha bons resultados.

A fala do **(Entrevistado 3)** é de suma importância, pois explica que a escola trabalha a Lei nº 10.639/03 por meio de projetos escolares que são desenvolvidos em sala, bem como o projeto da Consciência Negra. Que são apresentados poemas, jograis e um desfile da “*Beleza Negra*” da escola. Enfatizando de imediato que os profissionais da educação tem consciência de que o trabalho referente à diversidade étnico-racial não deve se restringir somente ao dia 20 de novembro e sim, que deve ser inserida no currículo escolar de forma transversal, ou seja, em todas as áreas do conhecimento, onde deverá ser trabalhado diariamente em sala de aula, dialogando, assim como o **(Entrevistado 5)** também destacou.

Já a quarta questão é um questionamento sobre **se o projeto político-pedagógico da escola aborda as questões étnico-raciais**, logo responderam assim

Sim, como já disse na comemoração do dia da consciência negra. **(Entrevistado 1)**.

Sim, com certeza. **(Entrevistado 2)**.

Sim, através de projetos desenvolvidos na unidade escolar. **(Entrevistado 3)**.

Esta complexidade da vida moderna e o exercício da cidadania plena impõem às crianças, jovens e adultos o domínio de conhecimentos sobre o mundo, étnico-raciais, assim, ter acesso a esses conhecimentos neste estabelecimento de ensino serão gerais e com fundamentos necessários que favoreçam uma educação integral dos educandos, relacionando, assim, a seu ambiente social e natural, possibilitando a melhoria na educação e na sua qualidade de vida. Faz-se necessário, portanto, superar a visão utilitarista da educação, que se baseia no pressuposto de que os interesses dos alunos

estão restritos às suas experiências e necessidades imediatas, justificadas pela pesquisa e a prática educativa, as quais revelam que os mesmos se interessam tanto pelas questões relativas à sua sobrevivência cotidiana, quanto, por temas aparentemente distantes. **(Entrevistado 4).**

Sim, por meio de apresentações, palestras e até mesmo vídeo aulas. **(Entrevistado 5).**

Sim. Porém de maneira muito artificial. Deveria ser dada mais ênfase a essa questão. **(Entrevistado 6).**

Observa-se que grande parte dos entrevistados disseram que “sim”, ou seja, que o PPP da escola aborda as questões étnico-raciais. Entretanto, está exposto também que é mais trabalhado no período da consciência negra e também que as questões étnico-raciais são trabalhadas por meio dos projetos escolares construídos pela instituição.

O **(Entrevistado 6)**, aponta que no PPP da escola aborda as questões étnico-raciais, enfatiza também que é feito de maneira muito “artificial”, afirmando ainda que tal questão deveria ser dada mais ênfase, uma vez que é de extrema importância promover tais reflexões com as crianças da instituição, que fazem parte também da comunidade local.

A quinta questão interrogada aos professores foi para que eles fizessem uma autoanálise de si mesmo, observando, **se a formação inicial ou continuada tem proporcionado condições para realizar as mudanças curriculares exigidas pela Lei?** Disseram que,

O trabalho de qualquer docente é estar sempre buscando se renovar para o mundo da educação. Então sim, estamos sempre buscando e nos adaptando com novas mudanças. **(Entrevistado 1).**

Com certeza. **(Entrevistado 2).**

Sim, com certeza, o município oferece semestralmente capacitações e formações continuadas para todos os profissionais da educação municipal. **(Entrevistado 3).**

Sim, proporcionou muito na melhoria dos currículo. Diante disso são apresentadas discussões no que tange à formação continuada dos professores, bem como a importância da integração dos processos de alfabetização e letramento, tendo como pressuposto a função social da leitura e da escrita. **(Entrevistado 4).**

Sem resposta. **(Entrevistado 5).**

Sim. **(Entrevistado 6).**

Percebe-se ao analisar as respostas acima, duas opiniões com características diferentes. Logo abaixo serão enfatizadas para que a pesquisa venha ter mais resultados.

O primeiro grupo acredita e afirma que está preparado e que sua formação inicial ou continuada tem possibilitado condições boas para o desenvolvimento da Lei nº 10.639/03, é a de trabalhar com as crianças mostrando a grande diversidade cultural existente no país, como

também explicando a formação dessa miscigenação de pessoas. Mostrando a importância de respeitar o outro, independente de cor de pele, classe social, religião, dentre outros.

O segundo grupo expõe que as capacitações e formações continuadas oferecidas pela prefeitura municipal de Miranorte (TO) são importantes para que os profissionais da educação municipal da rede pública possam estar aprendendo mais sobre como abordar temas que são necessários nas salas de aulas e em todo o âmbito escolar.

A sexta questão interrogada foi para **que os docentes explicassem de quais maneiras eles incluíram a temática da questão étnico-racial em sua disciplina**, obtendo como respostas

Geralmente em história e em ensino religioso, onde abordo respeito, a união, a moral e a ética. **(Entrevistado 1).**

Com palestras sobre situações vivenciadas no dia-a-dia e às vezes até mesmo na escola. **(Entrevistado 2).**

Como eu trabalho na 1ª fase do ensino fundamental, por isso eu tenho a oportunidade de ministrar todas as disciplinas na mesma turma, surgindo assim, uma maior abrangência em desenvolver um trabalho voltado para a questão étnico-racial. É de fundamental importância que abordamos inicialmente essa temática étnico-raciais na Educação Infantil até desde sempre para que os educandos construam uma concepção positiva, respeitando e valorizando as diversidades, pois esta temática étnico-racial visa garantir uma educação que supere o racismo e as desigualdades geradas no decorrer de sua formação. Sempre devemos trabalhar com a conscientização e estimulando o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial. Trabalhamos o tema étnico-racial por meio de grupos de pesquisas na mesma turma ou em turmas diferentes e após realizarem as pesquisas, apresentação em forma de seminários. **(Entrevistado 3).**

Tornando obrigatória a inclusão nos currículos da Educação Básica a História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Ampliar as discussões, incluindo a educação das relações étnico-raciais. O que se pretende é analisar como se deu a educação da população negra e afro-descendente ao longo do tempo e como se estabelecem hoje nas escolas as relações Étnico-Raciais e o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Foram apresentadas através de gincana, apresentações etc. **(Entrevistado 4).**

Faço esse trabalho através do diálogo, interação, compartilhamento, fortalecendo as experiências e ações referentes a essa temática em questão e assim tentar colaborar com o fazer educativo que valorize as diversas formas de combater o racismo. **(Entrevistado 5)**

Com rodas de conversa. Aproveitando uma reportagem, um acontecimento recente, por exemplo. **(Entrevistado 6).**

Compreende-se que as respostas trazem uma leitura que para o bom funcionamento do sistema educacional é necessário que haja diálogo entre todos que compõem o quadro dos funcionários da instituição, visando que não falte interação entre eles e compartilhamentos de experiências referente às relações étnico-raciais que vivenciam no âmbito escolar.

Alguns dos entrevistados disseram que incluem a temática da questão étnico-racial nas suas aulas nas matérias de história e em ensino religioso, nos quais abordam sobre a relevância do respeito ao outro, a união, a moral e a ética.

Para além de trabalhar essa questão, um dos pontos mais importantes é que com essas ações consiga-se provocar a conscientização e estimular o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial.

E por fim, a última parte da entrevista envolveu a sétima pergunta para que os professores se propusessem a **observar e avaliar quais as maiores dificuldades para trabalhar as questões étnico-raciais no contexto escolar pesquisado,**

É que como ensinamos que não devemos distinguir cor, cabelo, olhos, religião... E em seguida mostramos o quanto o mundo é desigual em se tratando dessas questões. Posturalmente, temos que fazer com que a criança entenda que ainda na sociedade, infelizmente, encontramos o preconceito. **(Entrevistado 1).**

A conscientização familiar. **(Entrevistado 2).**

A escola é considerada via de acesso ao conhecimento, como possibilidade de ascensão social para uma grande maioria que deseja ingressar no mercado de trabalho e sair da condição de pobreza. As expectativas dos pais com relação à escola levamos a crer que esta terá uma ação transformadora na vida dos filhos garantindo-lhes o exercício pleno da cidadania, bem como o aperfeiçoamento de suas aptidões pessoais, o que irá garantir o acesso à vida em sociedade. O cotidiano escolar trás evidências da rejeição do negro na escola. Os próprios conteúdos escolares não contemplam, na maioria das vezes, a temática da história africana, limitando o negro à condição de escravo, como se ele não tivesse outra relação social na história que não essa. Já com relação às práticas de racismo, preconceito e discriminação no espaço escolar a efetivação das propostas de superação depende de ações contínuas por parte de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. O que se espera é que os educadores revejam suas metodologias e práticas pedagógicas e voltem suas atenções para o alunado afrodescendente dentro de um contexto histórico construído sobre bases preconceituosas. As metodologias devem priorizar a análise crítica dos recursos didáticos comumente utilizados nas escolas tais como livros, textos, imagens, filmes, etc. A iniciativa de minimizar, reduzir ou eliminar de uma vez por todas o preconceito e a discriminação deve partir diretamente do professor, da comunidade escolar e local de modo geral. **(Entrevistado 3).**

Considerando as transformações na sociedade, que impulsionam exigências às mudanças no campo educacional, a partir da diversidade étnico-racial presente em todos os espaços, em especial na escola, o presente trabalho vem abordar reflexões acerca da formação inicial do futuro pedagogo, ao apontar a relevância desta, considerando seus possíveis inúmeros papéis, nesta função, frente às conquistas dos inúmeros movimentos sociais, dentre eles o Movimento Negro, do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, em todo o âmbito curricular. Com o objetivo de averiguar como se deu o processo de inserção da temática étnico-racial. **(Entrevistado 4).**

No ano em que atuo, não há muito dificuldade para exercer essa temática, uma vez que meus alunos têm apenas seis anos de idade e isso facilita muito trabalhar com eles porque é notório que nesta idade eles não têm muito que questionar e cabe a nós professores trabalhar formas para que eles cresçam com uma mente bem evoluída sobre essa temática. **(Entrevistado 5).**

É uma questão muito sensível de ser trabalhada, devido ao preconceito arraigado em nossa sociedade. Infelizmente muitas vezes é vista como mimimi, vitimismo, exagero. A escola e a sociedade precisam conversar sobre as questões étnico-raciais desde cedo, para que as crianças sejam adultos que respeitem as diferenças e as tratem com a seriedade que devem ser tratadas. **(Entrevistado 6)**.

A sétima e última pergunta os professores abordaram suas opiniões em relação às maiores dificuldades para trabalhar as questões étnico-raciais no contexto escolar.

As respostas dos **(Entrevistados 2 e 3)** provocam uma reflexão de extrema importância que é sobre a conscientização dos familiares a respeito das relações étnico-raciais, uma vez que a participação dos pais no contexto escolar faz total diferença para o desenvolvimento da criança, pois a partir do momento que a criança percebe que seus familiares estão observando seus passos dentro da instituição, contribui muito para um bom desempenho escolar e também em seu comportamento. Pode-se afirmar que boa parte dos responsáveis acreditam que é dever unicamente do professor educar seus filhos, criando expectativas que estando dentro do espaço escolar possa garantir o exercício pleno da cidadania.

O **(Entrevistado 3)** ainda afirma que dentro do ambiente educacional existem evidências do preconceito racial e que muitas vezes os conteúdos escolares são falhos quando se trata das relações étnico-raciais, mostrando e limitando o negro apenas à condição de escravo e não de escravizado em determinado tempo histórico por determinados povos colonizadores. Dessa forma, deixar de enfatizar a função social que o trabalho das mãos dos negros proporcionaram ao Brasil é a mesma coisa de se calar para as injustiças na sociedade. Além disso, o entrevistado ressalta que em relação às práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias na instituição é necessário ações e propostas contínuas desenvolvidas por todos profissionais da educação.

O **(Entrevistado 5)** explica que encontra possibilidades de trabalhar com a temática com crianças de seis anos e ainda diz que, não é complexo dialogar com elas sobre a importância de respeitar o outro independente de qualquer diferença fisiológica, religiosa, dentre outras. Uma vez que, é bem mais tranquilo explicar para as crianças menores esse assunto, pois elas ouvem com atenção e isso facilita que seja uma conversa construtiva.

É ressaltado pelo **(Entrevistado 6)**, que muitas vezes as questões étnico-raciais são vistas pela sociedade como “mimimi, vitimismo, exagero”, e se as crianças crescem em meio a sociedade, com o tempo começa a interiorizar também essa infeliz forma de pensar.

Após a realização da análise das respostas que obtivemos por meio da entrevista semiestruturada chegamos a uma reflexão sobre a inserção de propostas de temas que abarcam as ideias multiculturais, as questões étnico-raciais no âmbito escolar e na comunidade propõe o

rompimento de paradigmas e a desconstrução de conceitos, teorias sociais e raciais e suas reconstruções pelos sujeitos deste processo.

E esse movimento voltado para os debates das relações étnico-raciais no Brasil vem sendo incentivado, em sua grande maioria pelos movimentos negros e sociais, pelas classes que foram silenciadas por séculos em busca por reconhecimento, valorização e igualdade social.

No Brasil, as influências multiculturais ecoaram no debate de diversos temas dentro da educação. Entre as várias iniciativas para estabelecer uma educação mais plural e diversa foi implantada a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão da História da África e Afro-brasileira no currículo e na formação da Educação Básica, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/1996. E no dia 10 de março de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.645 que altera a Lei nº 10.639 acrescentando os povos indígenas. Tais leis, são importantíssimas não só para o sistema educacional mas para toda a população brasileira, uma vez que trata-se de assegurar a valorização dos seres humanos, sem desconsiderar o outro por características biológicas.

A necessidade de trabalhar as diversidades no ambiente educacional não tem classe ou tempo. A discriminação, a exclusão e a quantidade de crianças que sofrem preconceitos pela sua cor são muitas. Tanto dentro das escolas como fora. As crianças negras que fazem parte das classes desfavorecidas sofrem ainda mais o preconceito na escola.

No processo de formação escolar é extremamente importante conscientizar as crianças e toda a comunidade escolar que as práticas preconceituosas podem ocasionar danos irreparáveis. A educação é um dos caminhos para desnaturalizar as várias formas de violências, os preconceitos e as discriminações. Embora o contrário também possa acontecer. O ambiente escolar deve promover reflexões sobre a importância da empatia.

Além disso, e tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola. (BRASIL, 2017, p. 61).

Apesar de a escola em estudo não ter um trabalho específico voltado para a valorização da cultura afro-brasileira, observou-se que os professores buscam desenvolver um trabalho onde as nossas raízes africanas são valorizadas. O desenvolvimento das práticas pedagógicas utilizadas pelos profissionais na escola visa proporcionar reflexões sobre a importância da valorização e aceitação das diferenças.

A infância é uma fase muito significativa no processo de desenvolvimento da formação das crianças. É preciso que as crianças tenham acesso a uma educação que promova a reflexão, a crítica e também que possibilite a troca de experiências entre as crianças e os professores acerca do racismo. Esse diálogo na sala de aula é muito relevante, uma vez que não se sabe como é visto as questões étnico-raciais dentro do contexto familiar de cada criança. Dessa forma, é uma oportunidade de promover reflexões sobre o que as crianças ouviram falar e interiorizaram. Trabalhar as questões étnico-raciais na escola é um dos caminhos mais capazes para desconstruir o racismo.

Trabalhar as questões étnico-raciais no ensino fundamental é estimular o desenvolvimento, a autoestima e a cidadania das crianças. Assim a escola estará formando cidadãos que respeitam o próximo, valorizam a diversidade do país e valorizam a si próprio. Então, cabe à escola e a todos os profissionais atuantes olhar com mais sensibilidade para essa temática e promover práticas educativas que possibilitem a formação de crianças livres de conceitos preconceituosos.

Torno-me não falso quanto quem pretende estimular o clima democrático na escola por meios e caminhos autoritários. Tão fingido quanto quem diz combater o racismo, perguntando se conhece Madalena, diz: "Conheço-a é negra, mas é competente e decente." Jamais ouvi ninguém dizer que conhece Célia, que ela é loura, de olhos azuis, mas é competente e decente. (FREIRE, 1996, p. 27).

Freire (1996) destaca na sua pedagogia que para educar crianças a respeito do racismo não pode usar de forma autoritária, pois de nada adiantaria. O ensinar que a prática de racismo é crime é bem mais que isso. É ao mesmo tempo promover a reflexão sobre a temática, possibilitar o conhecimento. É entender que existem diversas expressões racistas como a exemplificada acima. É possibilitar às crianças compreender que não podem ter atitudes preconceituosas com o colega.

Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições, um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho - a ele ensinar e não a de transferir conhecimento. (FREIRE, 1996, p. 27).

Freire (1996) afirma que ensinar é bem mais do que transferir conhecimentos. E sim, estar disposto a ir em busca de práticas educativas que possam chamar a atenção das crianças, aguçar a curiosidade sobre porque o racismo pode ser tão cruel na vida das pessoas. Ensinar está relacionado à democracia dentro da sala de aula. É o profissional estar de fato com o aluno e promover conversas produtivas.

Mediante a análise do PPP da Escola Municipal de Tempo Integral Antonio Uchôa Viana, conclui-se que possui lacunas em relação às questões étnico-raciais no ambiente escolar, apesar da existência de algumas leis que garantem a inclusão no currículo oficial para o Ensino da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" tanto em escolas públicas ou particulares.

O PPP aborda essa temática de maneira bem superficial. Deste modo, compreende-se que as questões étnico-raciais no PPP da escola pesquisada precisam ganhar mais espaços. E não apenas no documento. É necessário abrir mais espaço para promover reflexões a respeito da temática nos ambientes da escola e da comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que devido ao preconceito e discriminações recorrentes na sociedade é necessário cada vez mais que os profissionais da educação trabalhem nas salas de aulas tais questões, visando que a criança possa refletir sobre suas próprias ações.

E pelo fato de que muitos docentes não estavam possibilitando espaços para que as crianças pudessem refletir sobre as questões étnico-raciais, devido ser um tema complexo para trabalhar foram elaboradas leis que estabeleceram a obrigatoriedade do ensino da história da África e cultura do negro no Brasil no âmbito educacional, uma vez que esse tema é tão importante para a formação cultural e humana do indivíduo.

A realização desta pesquisa justificou-se por acreditar que existe a necessidade de abordar sobre as relações étnico-raciais na escola, já que comportamentos que proferem a discriminação e o preconceito estão enraizados na sociedade brasileira profundamente. Embora grande parte dos brasileiros não consigam enxergar que o Brasil é sim um país preconceituoso faz-se necessário promover ações que causem reflexões para despertar a sensibilidade ao olhar para as questões étnico-raciais.

Ao longo do percurso da pesquisa obteve-se aprendizagem e leituras importantes para compreensões iniciais em relação à temática. O projeto de pesquisa que norteou alguns pontos para serem explorados e também a realização da entrevista semiestruturada com os professores e professoras da escola pesquisada possibilitou ampliação da visão do preconceito étnico-racial. Assim, ao analisar as respostas dos entrevistados percebeu-se que a percepção de alguns professores são as mesmas em alguns pontos, no que diz respeito às práticas racistas na sociedade e da importância de se trabalhar com essa problemática. Todos os entrevistados responderam que sua formação proporciona as condições para trabalhar em sala de aula as relações étnico-raciais no Brasil, as diversidades culturais, o racismo, a discriminação, dentre outros.

Em relação às maiores dificuldades para trabalhar as questões étnico-raciais no contexto escolar, as respostas são interessantes. Uma vez que obteve-se opiniões de que promover a educação das relações étnico-raciais não têm muitas dificuldades devido serem crianças que estão nos anos iniciais do ensino fundamental. Tendo também como resposta, que a maior dificuldade para trabalhar com os alunos as questões étnico-raciais, racismo e discriminação é o processo de conscientização dos familiares.

Temos que lutar pelos direitos que foram conquistados pelos negros e pelo fim da discriminação, preconceito e todo tipo de desigualdade. Tais atitudes são reflexos da herança cultural brasileira cheia de preconceitos.

De modo geral, espera-se que esta pesquisa provoque uma reflexão crítica diante do que vivenciamos na sociedade, incentivando-nos a nos posicionar criticamente em relação às relações étnico-raciais e sociais, e também sobre o racismo e a desigualdade social no país que tende a silenciar diante de tais comportamentos. Os profissionais da educação precisam estar conscientizados da importância de promover reflexões acerca do tema, para assim possibilitar que as crianças vejam de forma crítica.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Nathália. **Dia da Consciência Negra**: números expõem desigualdade racial no Brasil. Brasília (DF): IBGE, 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/#:~:text=56%2C10%25.,7%20milh%C3%B5es%20se%20declaram%20pardos>. Acesso em: 14/04/2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ALGRANTI, Leila Mezan. A escravidão no cotidiano das instituições de reclusão feminina no Sudeste do Brasil colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Brasil**: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

ARAGÃO, José Wellington Marinho de; MENDES NETA, Maria Adelina Hayne. **Metodologia Científica**. Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância, 2017. 51 p. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174996/2/eBook_Metodologia_Cientifica-Especializacao_em_Producao_de_Midias_para_Educacao_Online_UFBA.pdf>. Acesso em: 22/04/2021.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis , RJ: Vozes,2013.

ARROYO, M. G. **Módulo Introdutório - Pobreza, desigualdades e educação**. Coordenação Adjunta do Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em EAD em Educação, Pobreza e Desigualdade Social – Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA). Disponível em: <<http://www.sistemas3.uft.edu/palmas> >. Acesso em: 15/06/2021.

BARBOSA, W. N.; SANTOS, J. R. **Atrás do muro da noite**. Brasília (DF): Minc. Fundação Cultural Palmares, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília (DF): MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em: 13/02/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, 2008. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/488171. Acesso em: 25/03/ 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13/02/2021.

BRASIL. **Plano Nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília (DF): SECAD/ME, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.288**, de 30 de março de 2006. Abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$ 825.908.968,00, para os fins que especifica. Poder Executivo, Brasília (DF), 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11288.htm Acesso em: 11/06/2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Poder Executivo, Brasília (DF), 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 11/06/2021.

BRITO, Marlene Oliveira de; MACHADO, Vitor. Conhecimento científico e tecnológico dos povos africanos: estratégia de resistência à tradição seletiva no ensino de ciências. **Cadernoscenpec**. São Paulo. v. 7. n. 1, p. 105-132. jan. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/DENISE%20ANDRADE/Downloads/381-677-1-SM.pdf> Acesso em: 11/06/2021.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e ante-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

FAUSTO, B. **História do Brasil**: História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias. Edusp, 1996. Disponível em: [https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20\(Col%F4nia\).pdf](https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20(Col%F4nia).pdf). Acesso em: 14/04/2021.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes Fazenda. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Editora Paulus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Sistema de Bibliotecas. **Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmico-científicos da Universidade Federal do Tocantins/UFT**. Sisbib - Palmas, TO: UFT, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Marcus Vinícius Peinado; ROSA, Alexandre Reis. Formação Social e Movimentos Sociais: O Mito da Democracia Racial e as Políticas Públicas no Brasil. **Cadernos Gestão Públicas e Cidadania**, v, 13, n. 52, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/gomes_-_formacao-social-e-movimentos-s_251%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/gomes_-_formacao-social-e-movimentos-s_251%20(1).pdf)
Acesso em: 05/01/2021.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Pobreza, desigualdades e educação. Módulo III. In: **Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social**. Brasília: MEC, 2015.
Disponível em: <http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/>. Acesso em: 20/02/2021

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf. Acesso em: 30/05/2021

MARTINS, Daniela da Silva; SOARES, André Luís Ramos. **O Estudo dos Grupos Marginalizados na História do Brasil e a Educação Patrimonial- Experiências de uma Proposta Inclusiva**, 2015.

MIRANORTE. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto político pedagógico**. Miranorte (TO): SEMED, 2019. Acesso em: 10/03/2021.

MIRANORTE. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação**. Miranorte (TO): SEMED, 2015. Disponível em: <Plano Mul. de Educação Miranorte.pdf>. Acesso em: 12/03/2021.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

QUILOMBO. Produção: Augusto Arraes. Escritor e diretor: Carlos Diegues. Gênero: Drama. Co-produção brasileira e francesa de 1984. Tempo: 119 min.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. A organização escolar no contexto da consolidação do modelo agrário-exportador dependente (1549-1808). In: RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 12. ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1992. (19-36).

SAVAZZONI, Simone de Alcântara. Preconceito, Racismo e Discriminação. **Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito**, v. 12, n. 12, 2015.

STEDILE, João Pedro (org); ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VALERIO, Wanderley; SANTANA, Márcio Santos. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE. In: **Cadernos PDE**. Paraná. 2013. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/2013_uel_hist_artigo_wanderley_valerio.pdf. Acesso em: 14/02/2021.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

Avenida Lourdes Solino, S/N, Setor Universitário | 77650-000 | Miracema
do Tocantins/TO
(63)3366-8618 | www.uft.edu.br | pedmira@uft.edu.br



MONOGRAFIA SOBRE: A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS ANOS INICIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ANTONIO UCHÔA VIANA EM MIRANORTE (TO): DIFICULDADES E POSSIBILIDADES

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES

Formação:

Qual a função que desempenha na escola? Se na sala de aula, qual o ano?

Quanto tempo exerce essa função? Se professor, qual o tempo de magistério?

Qual a importância do trabalho pedagógico relacionado às questões étnico-raciais para os alunos, e a comunidade escolar.

1. Como a escola trabalha com essa temática?
2. As questões étnico-raciais são trabalhadas nos currículos de acordo com a lei 10.639/03? E como?
3. O projeto político-pedagógico da escola aborda as questões étnico-raciais?
4. Sua formação inicial ou continuada tem proporcionado condições para realizar as mudanças curriculares exigidas pela Lei?
5. Como você inclui a temática da questão étnico-racial em sua disciplina? Dê algum exemplo.
6. Na sua avaliação quais as maiores dificuldades para trabalhar as questões étnico-raciais no contexto escolar?

**APÊNDICE – B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA**



Avenida Lourdes Solino, S/N, Setor Universitário | 77650-000 | Miracema
do Tocantins/TO
(63)3366-8618 | www.uft.edu.br | pedmira@uft.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: intitulada “A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS ANOS INICIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ANTONIO UCHÔA VIANA EM MIRANORTE (TO): DIFICULDADES E POSSIBILIDADES”. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável DENISE DA SILVA ANDRADE através do telefone: (63) 985133099 ou através do e-mail denise.andrade@mail.uft.edu.br .

A presente pesquisa justifica-se também por acreditar que existe a necessidade de abordar sobre as relações étnico-raciais na escola, já que comportamentos que proferem a discriminação e o preconceito estão enraizados na sociedade brasileira profundamente. E embora grande parte dos brasileiros não consiga enxergar que o Brasil é sim um país preconceituoso, faz-se necessário promover ações que causem reflexões para despertar a sensibilidade ao olhar para as questões étnico-raciais. Ademais, por entender a tamanha relevância de estudar esta questão, é necessário que a temática seja fortalecida em debates nas salas de aula, palestras, uma vez que a função social da instituição escolar, perpassa a função de formar cidadãos no intuito de ser participativo em uma sociedade justa e mais crítica. Compreender como é trabalhada as políticas educativas de afirmação, que visa contribuir para a reflexões dos profissionais da educação, para a elaboração de estratégias no combate ao racismo, torna-se importante no

processo de formação. O objetivo dessa pesquisa é compreender quais são as possibilidades e dificuldades de trabalhar a questão étnico-racial nos anos iniciais na escola municipal de Tempo Integral Antonio Uchôa Viana, em Miranorte (TO). A proposta metodológica para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), terá uma abordagem qualitativa com caráter exploratório de cunho documental, bibliográfico e far-se-á também a entrevista semiestruturada com os profissionais dos anos iniciais do ensino fundamental que atuam na instituição citada logo acima.

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade.

A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____ estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS ANOS INICIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ANTONIO UCHÔA VIANA EM MIRANORTE (TO): DIFICULDADES E POSSIBILIDADES”, de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

_____, de _____ de 2021

Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do participante